JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.09.03 06:17:03 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 3 de setembro de 2026 • Nº 2376 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

IBGE

Produção industrial sobe 0,2% em julho

A produção da indústria brasileira cresceu 0,2% na passagem de junho para julho. O resultado interrompe dois meses seguidos de queda. Dessa forma, o setor acumula alta de 1,1% ao longo de 2026 e soma expansão de 0,6% nos últimos 12 meses. Na comparação com julho de 2025, a indústria recuou 0,5%. A média móvel trimestral, que ajuda a identificar a trajetória recente do setor, encolheu 0,8%. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o IBGE, a variação positiva acumulada em 12 meses (0,6%) representa "ligeira perda de ritmo" em comparação ao acumulado até junho de 2026 (0,7%). Veja o comportamento da indústria brasileira ao longo do ano, na comparação entre meses imediatamente seguidos. PÁGINA 2

CONGRESSO

Comissão do Senado aprova texto da PEC da Segurança

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou ontem, o texto-base da proposta de emenda à Constituição da Segurança Pública, mantendo o grosso do texto aprovado pelos deputados. Foi retirado da proposta o repasse de parte da arrecadação de bets para financiar o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário Nacional. O texto, de autoria do governo, foi aprovado em votação simbólica. Os senadores começaram a analisar os destaques (propostas de mudanças ao texto), mas encerraram a reunião por causa do início da sessão deliberativa do Senado. A expectativa é que sejam votados só depois das eleições. A PEC altera as competências de União, estados e municípios. PÁGINA 6

SENADO

Alcolumbre defende Moraes e ataca Flávio

Cobrado pela oposição para abrir processo de impeachment contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), saiu em defesa do magistrado. A reação veio após os senadores Carlos Viana (PSD-MG) e Carlos Portinho (PL-RJ) questionarem Alcolumbre sobre o acúmulo de pedidos de impeachment contra Moraes. Em pronunciamento durante a sessão do Senado, Alcolumbre disse que vem sendo criticado nos últimos dias e que, no momento certo, vai se manifestar. Mas adiantou um comentário sobre as acusações que estão sendo feitas a Moraes, que apareceu em conversas com o banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master. PÁGINA 6

INIMIGO DO POVO

Flávio manobra sua 'turma' e impede votação do fim da 6X1

REPRODUÇÃO

Sem ter segurança sobre os votos necessários para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do fim da escala 6x1 e da redução da jornada de trabalho, a base do governo no Senado Federal decidiu não arriscar uma apreciação em plenário ontem. Com isso, o projeto só deve ser votado após o 1º turno das eleições, em outubro. "Hoje, houve um movimento bem sucedido da oposição", afirmou o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AC), referindo-se ao esvaziamento do plenário e à consequente impossibilidade de votação. Em entrevista, Randolfe atribuiu à uma "ação coordenada" de oposicionistas - com participação direta dos senadores Flávio Bolsonaro (**foto**), candidato a presidente da República, e do líder da oposição, o também senador Rogério Marinho - para desmobilizar a presença dos parlamentares para uma possível votação. PÁGINA 7

PEC do fim da 6X1 foi aprovada antes em comissão do Senado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, por votação simbólica, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que põe fim à jornada de seis dias de trabalho por um de descanso (6x1). A matéria ainda precisa passar pelo plenário da Casa, em dois turnos de votação. A PEC 221 de 2019 prevê a obrigatoriedade de descanso remunerado de dois dias por semana, sem redução salarial, e reduz a atual jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. PÁGINA 2

COMBATE AO CRIME

WIKIPÉDIA

Gakiya vê riscos em aplicar modelo de Bukele no Brasil

O promotor Lincoln Gakiya (**foto**), do Grupo de Atuação Especializada contra o Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, fez ponderações sobre a política de segurança pública aplicada em El Salvador pelo presidente Nayib Bukele. Segundo ele, adaptar as medidas salvadorenhas à realidade brasileira implicaria decretar estado de exceção, realizar prisões sem mandados judiciais e, consequentemente, inflar ainda mais um sistema prisional que já enfrenta superlotação. "Estaremos falando em 4 milhões de presos e um País onde há um déficit de 50% de vagas", diz. Gakiya é uma das principais autoridades do País no combate ao crime organizado. Ele foi um dos palestrantes do congresso de Segurança Pública organizado pela Fiesp na segunda-feira, que também teve a participação de Gustavo Villatoro, ministro de Bukele. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA (3,05%) / 185.205,09 / 5.482,61 / Volume: 40.933.144.751 / Negócios: 5.107.357

Mais Negociados

	Preço	%	Oscil.
CSAN3	3,79	–4,53	–0,18
BBDC4	17,75	+2,01	+0,35
MGLU3	5,40	+16,88	+0,78
BBAS3	22,26	+4,95	+1,05
PETR4	48,20	+2,84	+1,33

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
TOKY3	8,460	+22,79	+1,570
RCSL4F	0,48	+17,07	+0,07
MGLU3	5,40	+16,88	+0,78
TELB3	17,80	+16,87	+2,57
MGLU3F	5,40	+16,38	+0,76

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
BHIA3	0,710	–21,11	–0,190
BHIA3F	0,720	–20,00	–0,180
SEQL3	0,060	–14,29	–0,010
B1003	31,000	–13,89	–5,000
OSXB3	1,04	–13,33	–0,16

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	53.839,99	+0,13
S&P 500	7.798,99	+0,65
US Tech 100	29.284	+1,16
Euronext 100	1.974,94	+0,11
CAC 40	8.650,56	-0,28
FTSE 100	10.772,67	-0,56

Salário mínimo	R$ 1.621,00
Ufir-RJ	R$ 4,9604
Taxa Selic (06/08)	14,00%
TR (03/09)	0,1729%
Poupança (03/09)	0,6738%
IGP-M	-0,22% (ago.)
IPCA-15	-0,40% (ago.)
CDI (06/08)	13,90%
OURO BM&F/grama/RJ	R$ 720,75
EURO Comercial	Compra: 5,9191 Venda: 5,9197
EURO turismo	Compra: 5,9797 Venda: 5,1597
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,1570 -0,47%
DÓLAR comercial	Compra: 5,1608 Venda: 5,3408
DÓLAR turismo	Compra: 5,1731 Venda: 5,3531

MERCADOS

'Trade' eleitoral leva Bolsavespa ao maior nível desde maio

JULIANA MACHADO/AE

Em um pregão marcado por uma firme alta, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) voltou ao patamar dos 185 mil pontos (alta de 3,05%, aos 185.205,09 pontos), maior nível desde maio, pautado pelo "trade" eleitoral. Após a pesquisa.

Um sinal de que a bolsa contou com elementos domésticos para os ganhos é o desempenho no exterior.

O EWZ (iShares MSCI Brazil), o maior ETF de ações brasileiras negociado em Nova York, disparou 4,16% no dia, enquanto o EEM (iShares MSCI Emerging Markets), ETF de mercados emergentes, subiu apenas 0,57%.

Um grande destaque, e que também captura esse sentimento político, é o Banco do Brasil (+5,5%), uma estatal mais sensível ao "trade" eleições, notam operadores. As altas também passaram pela Vale, pela Petrobras, pelos bancos e pelo setor de utilities, caso da Axia e Sabesp.

DÓLAR

O dólar emendou ontem, o terceiro pregão consecutivo de queda firme frente ao real, apesar do dia negativo para a maioria das divisas latino-americanas, e fechou nos menores níveis desde o início de agosto. Analistas veem redução dos prêmios de risco em ativos domésticos diante da possibilidade de uma vitória da oposição na corrida presidencial.

Com mínima de R$ 5,0987 no início da tarde, terminou o dia em queda de 0,92%, a R$ 5,1084 - menor valor de fechamento desde 7 de agosto. O real apresentou o segundo melhor desempenho entre as divisas mais líquidas, atrás apenas do won sul-coreano. Depois de alta de 2,16% em agosto, a moeda americana já recua 1,38% nos dois primeiros pregões de setembro.

IBGE

Produção industrial cessa quedas e sobe 0,2% em julho

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A produção da indústria brasileira cresceu 0,2% na passagem de junho para julho. O resultado interrompe dois meses seguidos de queda. Dessa forma, o setor acumula alta de 1,1% ao longo de 2026 e soma expansão de 0,6% nos últimos 12 meses.

Na comparação com julho de 2025, a indústria recuou 0,5%. A média móvel trimestral, que ajuda a identificar a trajetória recente do setor, encolheu 0,8%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o IBGE, a variação positiva acumulada em 12 meses (0,6%) representa "ligeira perda de ritmo" em comparação ao acumulado até junho de 2026 (0,7%).

Veja o comportamento da indústria brasileira ao longo do ano, na comparação entre meses imediatamente seguidos:

- Janeiro: 2,1%
- Fevereiro: 1,0%
- Março: 0,1%
- Abril: 1,2%
- Maio: -1,0%
- Junho: -1,6%
- Julho: 0,2%

O desempenho de julho deixa a indústria 2,1% acima do patamar pré-pandemia deCovid-19 (fevereiro de 2020) e 15% abaixo do nível mais alto já registrado, alcançado em maio de 2001.

Pelo lado negativo, a maior pressão de baixa veio da indústria extrativa, que recuou 1%.

O IBGE acrescenta que outras contribuições negativas relevantes ficaram como impressão e reprodução de gravações (-17,2%), produtos diversos (-9,0%), metalurgia (-1,4%), produtos químicos (-0,8%) e celulose, papel e produtos de papel (-1,3%).

O índice de difusão mostrou que 69,6% dos 789 produtos pesquisados pelo IBGE apresentaram desempenho positivo na passagem de junho para julho. Esse é o segundo maior indicador do ano, perdendo apenas para março (80,6%).

TRABALHO

CCJ do Senado aprova PEC que acaba com jornada 6x1

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, por votação simbólica, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que põe fim à jornada de seis dias de trabalho por um de descanso (6x1). A matéria ainda precisa passar pelo plenário da Casa, em dois turnos de votação.

A PEC 221 de 2019 prevê a obrigatoriedade de descanso remunerado de dois dias por semana, sem redução salarial, e reduz a atual jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, com uma regra de transição de 14 meses.

Dos 27 senadores presentes na comissão, apenas quatro registraram votos contrários: o líder da oposição Rogério Marinho (PL-RN), Hamilton Mourão (Republicanos-RS), Tereza Cristina (PP-MS) e Jaime Bagattoli (PL-RO).

O relator Omar Aziz (PSD-AM) (**foto**) rejeitou todas as 36 emendas apresentadas à PEC, incluindo propostas para manter a possibilidade de escalas de 6x1 ou jornadas superiores a 40 horas.

"Até porque todas as emendas que foram apresentadas, as 36 emendas, nenhuma pede mais benefício para o trabalhador", justificou o relator.

A PEC foi criticada pelo líder da oposição Rogério Marinho, que reclamou do pouco tempo para debater o tema e destacou que a proposta traria inflação para a economia.

"Nós vamos gerar, sem dúvida nenhuma, inflação, desemprego e informalidade em nome da perpetuação do projeto de poder", disse o parlamentar potiguar.

LULA MARQUES/ABRASIL

Estudos sobre o fim da 6x1 divergem sobre os impactos para a inflação e o Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país).

Rogério Marinho defendeu uma outra PEC, a que cria um regime trabalhista por hora trabalhada, e defendeu as negociações individuais entre patrões e empregados para definição da escala de trabalho.

"Esse projeto vai na contramão da necessidade de darmos competitividade à população, ao país e à sociedade brasileira", criticou.

O líder da oposição ainda apresentou um destaque para limitar o descanso remunerado dos trabalhados à apenas um dia na semana. Porém, o destaque foi rejeitado pela CCJ.

A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) rebateu os argumentos de Rogério Marinho e citou a pressão de empresários contra a PEC por aumentar direitos dos trabalhadores.

"Toda vez que o Congresso Nacional busca assegurar direitos trabalhistas, o discurso é o mesmo, a economia vai quebrar, o desemprego vai imperar, a inflação vai ocorrer. Isso é um discurso simplesmente para atender os grandes empresários deste país", afirmou.

A senadora defendeu que a PEC assegura mais dignidade à vida dos trabalhadores, "sobretudo às mulheres brasileiras, que têm dupla ou tripla jornada de trabalho, e hoje, com a aprovação do fim da escala 6x1, nós vamos dar dignidade, saúde mental e vamos melhorar a produtividade no Brasil".

O senador Jaime Bagattoli (PL-RO) reclamou da "falta de mão de obra" no Brasil e defendeu a jornada flexível por hora trabalhada.

"Está difícil a contratação de funcionário. Nós, patrões, queremos que os nossos funcionários estejam com a melhor qualidade de vida", disse, acrescentando que não tinha como apoiar a PEC.

"Como é que nós vamos reduzir de 44 horas para 40 horas e essa empresa vai ter a mesma produção? Claro que não. Não adianta nós dizermos que não vai aumentar os custos", completou o senador por Rondônia.

CRÍTICAS

O relator da proposta, senador Omar Aziz, lembrou que mesmo o PL, partido da oposição, votou majoritariamente a favor da PEC na Câmara dos Deputados e rejeitou a tese de que a redução da jornada vai "quebrar" a economia.

"Quando se criou o 13º salário, diziam que o Brasil ia quebrar, ia ter problema. Depois que se reduziu de 48 horas para 44 horas, também (apontaram) os mesmos problemas. O Brasil é muito forte e tem uma massa trabalhadora que nos dá muito orgulho", disse Aziz.

O relator da PEC do fim da 6x1 ainda criticou os acordos individuais entre patrão e trabalhador, argumentando que não há igualdade de condições nessa relação.

"O assédio ao trabalhador é quando você faz o contato individual. Ou é desse jeito ou ele tá fora. Aí uma pessoa que tá precisando desesperadamente daquele trabalho, vai aceitar. Acordo individual é assédio ao trabalhador, sim! Acordo coletivo, não!", acrescentou.

O relator também rejeitou a emenda que aumentava a regra de transição da PEC de 14 meses para até quatro anos. Foram rejeitadas ainda as sugestões de parlamentares para adiar a implementação da regra para uma lei complementar posterior e para compensações fiscais às empresas.

CONTINGÊNCIA

Sem Total Linhas Aéreas, Correios acionam plano 'B'

JOÃO CAIRES/AE

Os Correios precisaram acionar um plano de contingência para assegurar a continuidade de seu serviço de entrega de cargas por via aérea depois que a Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) suspendeu integralmente a operação da companhia aérea Total Linhas Aéreas - que presta serviço para a estatal.

A empresa informou que entre as ações adotadas está a redistribuição de cargas entre os demais operadores logísticos que prestam serviços para eles.

"Os Correios acionaram um plano de contingência específico para assegurar a continuidade e o adequado funcionamento das linhas operacionais, mesmo diante da suspensão das operações da Total Linhas Aéreas. Entre as medidas adotadas, está a redistribuição dos volumes de carga entre outros operadores logísticos contratados", afirmou a estatal por meio de nota enviada Ao Grupo Estado.

De acordo com a Anac, a decisão de suspensão é provisória - mas por tempo indeterminado - até que a Total demonstre a superação das condições de risco e não conformidades em aberto perante as Superintendências de Padrões Operacionais e de Infraestrutura Aeroportuária, incluídas as falhas de nível crítico e alto elencadas no presente processo e as demais listadas nos processos de fiscalização que o complementam, nas matérias de aeronavegabilidade continuada, sistemas e procedimentos de segurança operacional, bem como segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita.

A reguladora ainda cobra da empresa a efetividade do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO) e do Sistema de Análise e Supervisão Continuada (SASC), em condição que garanta nível de segurança aceitável; a regularização dos controles de aeronavegabilidade continuada das aeronaves; a adequação dos processos internos de identificação, reporte e tratamento de eventos e riscos operacionais; e a realização de auditorias e outros instrumentos de fiscalização por parte das unidades competentes da Anac que apontem resultado satisfatório que permita a retomada das operações.

Nota

MOTTA MARCA VOTAÇÃO DE MP DAS BLUSINHAS PARA HOJE ÀS 13H55

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), disse que vai se encontrar com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), para esclarecer os horários das sessões de hoje, considerando a intenção de que a Câmara e o Senado aprovem as Medidas Provisórias em tramitação, como a MP da "taxa das blusinhas". Alcolumbre disse que tinha a informação de que Motta pautaria a MP às 9h no plenário da Câmara e que, portanto, o Senado realizaria a votação às 11h. No entanto, Motta convocou uma sessão para as 13h55 desta quinta-feira.

Guimarães diz que decisão sobre votação da PEC do fim da escala 6x1 é de Alcolumbre

NAOMI MATSUI E VICTOR OHANA/AE

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães, afirmou ontem, que a caberá ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a decisão sobre deixar para depois das eleições a votação da PEC que põe fim à escala 6x1. Guimarães disse que conversaria com Alcolumbre sobre o tema. "Aí é decisão do Alcolumbre", afirmou a jornalistas na Câmara.

Questionado sobre a possibilidade de a proposta avançar antes do pleito, respondeu: "Vamos aguardar até amanhã, tem uma noite no meio. Muita coisa pode acontecer".

Guimarães também afirmou confiar nos presidentes da Câmara e do Senado para a votação do texto sobre a "taxa das blusinhas". Segundo ele, a medida provisória não foi votada ontem, porque ainda não havia chegado à Câmara. O ministro disse que a proposta será votada "com certeza" nesta quinta-feira, nas duas Casas. O texto perde a validade em 8 de setembro. "Confio que foi o acordo feito. Eu confio que os presidentes entregarão, sobretudo, essa matéria que está faltando, que é a taxa das blusinhas para amanhã", disse.

Guimarães avaliou que o Executivo já realizou "70% de todo o serviço" relacionado às pautas da 6x1 e das compras internacionais e que a oposição sofreu um "duro golpe" nas votações realizadas.

Apesar de admitir que algumas matérias ficaram pendentes, o ministro negou frustração com o resultado. "Nada me frustrou, estou comemorando vitórias que tivemos", afirmou.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

OMNI TÁXI AÉREO S.A.

CNPJ/MF Nº 03.670.763/0001-38 - NIRE Nº 33.3.0029911-4

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
a) https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais/
b) https://www.omnibrasil.com.br/

BALANÇOS PATRIMONIAIS RESUMIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	162.741	63.880	163.273	64.547
Contas a receber	5	332.408	337.116	332.867	337.116
Estoques	6	111.948	74.106	111.948	74.106
Impostos a recuperar	7	141.677	70.182	141.715	70.195
Partes relacionadas	9	33.031	45.243	33.031	45.243
Outros ativos		105.890	105.954	105.920	105.985
Total dos ativos circulantes		887.695	696.481	888.754	697.192
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Impostos diferidos	8	71.462	15.182	71.462	15.182
Depósitos em garantia		68.477	57.582	68.477	57.582
Partes relacionadas	9	280.884	194.096	280.884	193.721
Direitos reembolsáveis arrendamentos		3.341	9.342	3.341	9.342
Outros ativos		69.979	51.818	69.979	51.818
Imobilizado	10	155.408	122.909	155.419	122.932
Intangível	11	29.376	19.757	29.376	19.757
Ativos de direito de uso arrendamentos	12	408.192	424.207	408.192	424.207
Total dos ativos não circulantes		1.087.119	894.893	1.087.130	894.541
TOTAL DOS ATIVOS		1.974.814	1.591.374	1.975.884	1.591.733
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVOS CIRCULANTES					
Empréstimos e debêntures	13 / 14	115.729	18.644	115.729	18.644
Fornecedores	16	416.283	298.164	416.304	298.173
Salários a pagar, férias, obrigações sociais e trabalhistas e outros		76.692	60.403	76.883	60.569
Impostos a pagar		19.061	17.018	19.161	17.045
Obrigações com arrendamentos e Provisão para desmobilização	15	111.932	151.911	111.932	151.911
Partes relacionadas	9	1.932	-	1.932	-
Instrumentos financeiros derivativos	30.3	1.407	-	1.407	-
Outras obrigações		70.712	48.119	71.703	48.816
Total dos passivos circulantes		813.748	594.259	815.051	595.158
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e debêntures	13 / 14	337.389	136.504	337.389	136.504
Fornecedores	16	33.630	-	33.630	-
Provisão para perda em investimento		232	538	-	-
Provisão para custos de manutenção		40.078	73.294	40.078	73.294
Provisão para riscos	17	24.954	3.144	24.954	3.144
Obrigações com arrendamentos e Provisão para desmobilização	15	441.240	382.562	441.240	382.562
Partes relacionadas	9	4.087	46.294	4.087	46.294
Instrumentos financeiros derivativos	22.2	2.099	-	2.099	-
Outras obrigações		3.200	-	3.200	-
Total dos passivos não circulantes		886.909	642.336	886.677	641.798
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18				
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		274.157	354.779	274.157	354.779
Participações de não controladores		-	-	(1)	(3)
Total do patrimônio líquido		274.157	354.779	274.156	354.777
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.974.814	1.591.374	1.975.884	1.591.733

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A OMNI Táxi Aéreo S.A. ("Companhia" ou "OTA") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no município do Rio de Janeiro, com seu escritório corporativo localizado na Avenida José Silva de Azevedo Neto, 200, Condomínio 02 Bloco 03 (Evolution IV), sala 403 e 404, Barra da Tijuca, que tem por objeto social o transporte aéreo público não regular de pessoas e/ou cargas, nas modalidades suplementar e Táxi Aéreo, incluindo os serviços de assistência aeromédica, transporte offshore, resgate de animais silvestres e patrulhamento ambiental; fretamento de aeronaves; ministrar cursos no âmbito do sistema de aviação civil, através de um centro de treinamento homologado; serviços aéreos especializados (SAE) nas modalidades de aeroinspeção e aerofotografia, bem como de operação com carga externa; operação de aeronaves não tripuladas remotamente pilotadas (RPA); serviços de manutenção de aeronaves; modificação e/ou reparos em aeronaves e seus respectivos acessórios; compra e venda, exportação e importação de peças, equipamentos e acessórios para aeronaves, podendo, ainda, participar em outras sociedades na qualidade de sócia, acionista ou cotista, com prévia anuência da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, bem como realizar a atividade de hangaragem de aeronaves próprias e/ou de terceiros e realizar serviço aéreo de combate a incêndio; e, realizar serviços de limpeza, desinfecção e descontaminação de superfícies de aeronave e ambientes de trabalho. A Companhia é uma subsidiaria da Companhia Omni Helicopters International, S.A. ("Omni") cuja sede está em Portugal. 2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia e de sua controlada. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no real ("R$") como moeda funcional e de apresentação, e estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data de apresentação. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação ou início dos exercícios e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. 2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada Omni Escola de Aviação Civil Ltda. ("OFA") em 31 de dezembro de 2025. O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida). • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. A Companhia avalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Companhias são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em suas controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas no fim de cada período de relatório: a) Vida útil dos bens do imobilizado; b) Provisão para riscos cíveis tributários e trabalhistas; c) Redução ao valor recuperável de ativos; d) Provisão para perda de Estoque; e) Imposto de renda e contribuição social diferidos; f) Provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE"); g) Provisão para custos para manutenção; h) Provisão para desmobilização.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Caixa e depósitos bancários	59.363	7.233	59.895	7.899
Certificados de depósitos bancários ("CDB")	103.378	56.647	103.378	56.648
	162.741	63.880	163.273	64.547

5. CONTAS A RECEBER:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Contas a receber de clientes	65.542	77.586	66.001	77.586
Contas a receber - serviços a faturar	267.961	266.994	267.961	266.994
Subtotal	333.503	344.580	333.962	344.580
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.095)	(7.464)	(1.095)	(7.464)
Total	332.408	337.116	332.867	337.116

6. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Materiais componentes/salvatagem	54.579	32.809
Materiais consumíveis	62.089	43.577
Outros	985	420
(-) Provisão para Perda de Estoques	(5.705)	(2.700)
	111.948	74.106

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS RESUMIDAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA	19	2.645.305	2.182.023	2.647.392	2.183.472
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(2.542.935)	(1.845.305)	(2.543.806)	(1.845.934)
LUCRO BRUTO		102.370	336.718	103.586	337.538
Despesas gerais e administrativas	20	(171.177)	(101.781)	(172.019)	(102.559)
Resultado de equivalência patrimonial		304	2	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais		(29.591)	10.762	(29.584)	10.768
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(68.503)	234.939	(68.433)	234.979
RESULTADO FINANCEIRO	21	(68.397)	(266.217)	(68.403)	(266.257)
LUCRO/(PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(136.900)	(31.278)	(136.836)	(31.278)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro/(prejuízo) diferido	8	56.280	(7.678)	56.280	(7.678)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro Corrente	8	-	(17.575)	(64)	(17.575)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(80.620)	(56.531)	(80.620)	(56.531)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES RESUMIDAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(80.620)	(56.531)	(80.620)	(56.531)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(80.620)	(56.531)	(80.620)	(56.531)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL ATRIBUÍDO A:				
Acionistas da controladora	(80.620)	(56.531)	(80.620)	(56.531)
Acionistas não controladores	-	-	(1)	(3)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora: Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total atribuível aos acionistas da controladora	Participações de não controladores	Consolidado: Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	18	273.107	-	(147.831)	125.276	(3)	125.273
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC")		-	286.033	-	286.033	-	286.033
Prejuízo do exercício		-	-	(56.531)	(56.531)	-	(56.531)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	18	273.107	286.033	(204.362)	354.778	(3)	354.775
Aumento de capital social		286.033	(286.033)	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(80.620)	(80.620)	2	(80.618)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	18	559.140	-	(284.982)	274.158	(1)	274.157

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA RESUMIDAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		424.399	407.906	424.264	408.239
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(75.653)	(43.553)	(75.653)	(43.551)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(249.885)	(335.361)	(249.885)	(335.338)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		98.861	28.992	98.726	29.350
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	63.880	34.888	64.547	35.197
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	162.741	63.880	163.273	64.547
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		98.861	28.992	98.726	29.350

7. IMPOSTOS A RECUPERAR:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
IRPJ	92.564	57.831	92.598	57.840
CSLL	19.166	9.608	19.170	9.612
IR/CS	12.171	-	12.171	-
PIS / COFINS	7.660	-	7.660	-
INSS	7.290	-	7.290	-
Outros	2.826	2.743	2.826	2.743
	141.677	70.182	141.715	70.195

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	71.462	15.182
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	71.462	15.182

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado:

Descrição	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Prejuízo antes do IR e CS	(136.900)	(31.278)	(136.836)	(31.278)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IR e CS a alíquota nominal	46.546	10.635	46.524	10.635
Resultado de equivalência patrimonial	103	1	-	-
Outras diferenças permanentes	1.037	6.451	1.061	6.451
Benefício não constituído sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	8.594	(42.340)	8.631	(42.340)
IR e CS diferidos no resultado	56.280	(7.678)	56.280	(7.678)
IR e CS correntes no resultado	-	(17.575)	(64)	(17.575)
Alíquota efetiva	41%	81%	41%	81%

9. PARTES RELACIONADAS:

9.1 Transações com partes relacionadas

	Controladora e Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Partes Relacionadas:		
Omni Helicopter Guyana, Inc. (b)	-	7.395
OHI Finance II (e)	32.076	32.858
OHI Luxemburgo	955	-
Subtotal	33.031	40.253
Contas a Receber		
Omni Helicopter Guyana, Inc. (b)	-	4.990
Total	-	4.990
Total ciculante	33.031	45.243

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Ativo não circulante				
Partes Relacionadas:				
Omni Helicopters International (a)	61.086	57.428	61.086	57.428
Omni Escola de Aviação (OFA) (f)	-	375	-	-
OHI Finance II (i)	5.558	-	5.558	-
OHI Finance IV (j)	2.526	-	2.526	-
Omni Moçambique (c)	1.294	1.231	1.294	1.231
Omni Helicopter Guyana, Inc. (b)	106.443	76.618	41.844	76.618
Revo S.A (d)	8.778	7.165	8.778	7.165
Omni Aviação SGPS (g)	27.033	17.943	27.033	17.943
	212.718	160.760	148.119	160.385
Contas a Receber				
Revo S.A. (k)	68.166	33.336	68.166	33.336
	68.166	33.336	68.166	33.336
Total não ciculante	280.884	194.096	280.884	193.721

	Controladora e Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante:		
Partes Relacionadas:		
OHI Finance	-	42.311
Omni Finance S.A – Luxemburgo (h)	4.087	3.962
OTA Hold Brasil	-	21
	4.087	46.294
Fornecedores:		
Omni Helicopters International	757	17.165
OHI Finance	3.718	11.557
OHI Finance II	54.512	32.418
OHI Finance V	-	85
OHI Finance VI	1.963	1.692
OHI Guyana	1.513	-
Omni Unmanned	4.054	2.875
Revo S.A.	419	-
	66.936	65.792
Passivo não circulante		
IFRS 16:		
OHI	16.099	23.755
OHI Finance II S.A.	86.272	34.958
OHI Finance III S.A.	25.958	13.556
OHI Finance IV S.A.	27.235	11.808
OHI Finance V S.A.	13.433	3.179
OHI Finance VI SARL	17.984	6.727
OHI Finance VII SARL	36.981	20.713
OHI Finance	72.201	42.446
	296.163	157.142

	Controladora e Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Resultado:		
Receita de afretamento:		
Omni Helicopter Guyana, Inc.	-	1.010
Revo S.A.	38.567	22.955
	38.567	23.965
Custos:		
Omni Helicopters International	5.567	3.222
OHI Finance	1.894	7.088
OHI Finance II	283.207	99.634
OHI Finance III	-	5.129
OHI Finance V	(39)	2.559
OHI Finance VI	3.386	1.539
OHI Finance VII	968	-
Omni Unmanned	443	-
Omni Helicopter Guyana, Inc. (b)	(99.183)	(120.732)
	196.243	(1.561)

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receita juros:				
OHI Moçambique S.A.	63	60	63	60
OMNI Helicopters Internat. (OHI)	2.988	3.513	2.988	3.513
Revo S.A	1.612	1.136	1.612	1.136
OHI Group S.A.	3.235	738	3.235	738
Omni Escola de Aviação (OFA)	1	26	1	-
	7.899	5.473	7.899	5.447
Despesa de juros:				
OMNI Helicopters Internat. (OHI)	-	(2.282)	-	(2.282)
OHI Group	(572)	(9.970)	(572)	(9.970)
OHI Finance	(5.879)	(4.708)	(5.879)	(4.708)
Omni Escola de Aviação (OFA)	-	(3)	-	-
	(6.451)	(16.963)	(6.451)	(16.693)

	Controladora e Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Variação cambial:		
OHI Guyana	(10.500)	12.592
OHI Group	(6.978)	3.958
OHI Finance	8.238	(7.993)
OHI Finance II	6.448	4.040
OHI Finance III	460	-
OHI Finance IV	(19)	-
OHI Finance V	5	-
OHI Finance VI	341	-
OHI Finance VII	491	-
OMNI Helicopters Internat. (OHI)	2.035	3.295
	521	15.892

9.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração

	Controladora e Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Salários e benefícios	6.104	4.596
Encargos sociais	3.419	1.765
	9.523	6.361

10. IMOBILIZADO:

Controladora	Taxa média de depreciação-%	31/12/2025 Custo	Depreciação	Líquido	31/12/2024 Líquido
Móveis e utensílios	10	5.418	(2.697)	2.721	2.560
Máquinas e equipamentos	10	17.595	(14.082)	3.513	1.399
Ferramentas e materiais de rampa	20	36.725	(10.277)	26.448	19.255
Itens aeronáuticos	10	141.491	(63.077)	78.414	67.821
Ferramentas especiais	20	62.774	(32.960)	29.814	10.909
Veículos	20	1.008	(707)	301	17
Equipamentos de informática	20	4.699	(3.846)	853	760
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	23.301	(17.139)	6.162	5.495
Equipamentos de telecomunicação	10	346	(163)	183	192
Aeronaves	(a)	2.749	(1.518)	1.231	6.770
Imobilizado em andamento	-	2.258	-	2.258	4.755
Drones	10	2.597	(215)	2.382	341
Direito de Uso	(b)	4.516	(3.388)	1.128	2.635
		305.477	(150.069)	155.408	122.909

11. INTANGÍVEL:

Controladora e Consolidado	Taxa média de Amortização-%	31/12/2025 Custo	Amortização	Líquido	31/12/2024 Líquido
Software	20%	27.741	(19.454)	8.287	2.772
Intangível em andamento	-	21.090	-	21.090	16.985
		48.831	(19.454)	29.376	19.757

12. ATIVOS DE DIREITO DE USO ARRENDAMENTOS

2025 (Controladora e Consolidado)

Classe de ativo	31/12/24	Adições e Remensurações	Baixas	Desmobilização	Transferências	Depreciação	31/12/25
Aeronaves	399.707	479.421	(16.958)	14.107	-	(493.716)	382.561
Concessão	18.214	14.955	-	-	6.286	(13.824)	25.631
Locação de Áreas	6.286	-	-	-	(6.286)	-	-
	424.207	494.376	(16.958)	14.107	-	(507.540)	408.192

13. EMPRÉSTIMOS:

Credor	Taxa de juros % / Moeda	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Banco Itaú (a)	Pré+0,52% a.m./ euro - €	06/09/2028	47.708	51.119
Banco BMG	Pré+1,36% a.m./ real - R$	28/12/2028	40.036	-
Banco Votorantim	CDI+0,31% a.m./ real - R$	06/09/2028	37.080	40.391
Banco Safra	CDI+0,29% a.m./ real - R$	11/07/2028	32.603	-
Banco Daycoval	CDI+0,33% a.m./ real - R$	24/07/2028	32.514	-
Banco C6	CDI+0,33% a.m./ real - R$	19/12/2028	30.155	-
Banco BS2	CDI+0,45% a.m./ real - R$	26/12/2028	20.347	-
Banco Daycoval	CDI+0,71% a.m./ real - R$	26/07/2027	12.796	15.276
Banco ABC	CDI+0,45% a.m./ real - R$	18/12/2028	10.064	-
Banco do Brasil	CDI+0,34% a.m./ real - R$	31/07/2029	-	52.502
Custos de empréstimos			(5.273)	(4.140)
			258.030	155.148
Circulante			83.597	18.644
Não circulante			174.433	136.504

14. DEBÊNTURES

Controladora e Consolidado

Credores	Taxa de juros % / Moeda	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Sindicato de bancos:				
Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil	CDI+0,33% a.m./ real - R$	02/07/2029	200.283	-
Custo de debêntures			(5.195)	-
			195.088	-
			31/12/2025	**31/12/2024**
Circulante			32.132	-
Não circulante			162.956	-

15. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTOS E PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO:

15.1. Obrigações com arrendamento

Classe de passivo	31/12/24	Adição/ Remensuração	Juros	Variação Cambial	Amortização	Baixa	Transferência	31/12/25
Aeronaves	468.581	479.519	58.684	(48.871)	(448.269)	(16.958)	-	492.686
Concessão	22.173	14.955	3.918	-	(16.524)	-	5.151	29.673
Locação de áreas	5.151	-	-	-	-	-	(5.151)	-
Computadores e Periféricos	2.511	-	1.198	-	(2.445)	-	-	1.264
	498.417	494.474	63.800	(48.871)	(467.239)	(16.958)	-	523.623

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	108.255	148.972
Não circulante	415.368	349.444

15.2. Provisão para desmobilização:

Controladora e Consolidado

Classe de passivo	31/12/2024	Adição/ Remensuração	Baixa	Juros	Variação Cambial	31/12/2025
Desmobilização	36.056	15.592	(12.033)	(3.454)	(6.612)	29.549

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	3.677	2.939
Não circulante	25.872	33.118

16. FORNECEDORES:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Nacionais	127.501	63.474	127.522	63.483
Estrangeiros (a)	322.412	234.690	322.412	234.690
	449.913	298.164	449.934	298.173
Circulante	416.283	298.164	416.304	298.173
Não circulante	33.630	-	33.630	-

(a) A Companhia possui operações, com empresas do Grupo cujos saldos no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025 eram de R$66.936 (R$65.792 em 31 de dezembro de 2024). Vide nota explicativa 9.

17. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS:

	Controladora e Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	8.583	3.144
Tributárias	16.371	-
	24.954	3.144

Causas com probabilidade de perda possíveis:

	Controladora e Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	10.878	10.109
Trabalhistas e cíveis solidárias	6.790	6.692
Tributárias	9.273	3.903
Cível	12.760	14.471
	39.701	35.175

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 está representado, conforme abaixo:

Acionistas	Ações totais	Valor total	Participação %
OMNI Helicopters International S.A.	476.760.412	472.222	84%
OTA Hold Brasil Participações Ltda.	86.918.286	86.918	16%
	563.678.698	559.140	

Em 14 de Janeiro de 2025, a Companhia capitalizou o crédito no valor de R$286.033 em aumento de capital social. O capital social da Companhia passou de R$273.103 para R$559.140, mediante a emissão de 286.033 novas ações, sendo 143.016 ações ordinárias e 143.016 ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas por Omni Helicopters International S.A.

19. RECEITA LÍQUIDA:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receita de afretamento	2.740.851	2.251.306	2.740.851	2.251.306
Outras receitas	4.458	13.849	6.891	15.538
Receita Bruta	2.745.309	2.265.155	2.747.742	2.266.844
PIS	(17.772)	(14.694)	(17.812)	(14.722)
COFINS	(82.025)	(67.818)	(82.210)	(67.946)
Outras Deduções	(207)	(621)	(328)	(705)
Total das deduções	(100.004)	(83.133)	(100.350)	(83.373)
Receita líquida	2.645.305	2.182.023	2.647.392	2.183.472

20. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Arrendamento de aeronaves	(259.696)	(106.219)	(259.696)	(106.219)
Pessoal	(501.949)	(385.567)	(502.894)	(386.435)
PBH	(507.417)	(347.314)	(507.417)	(347.314)
Combustível, tarifas e outros	(263.417)	(239.736)	(264.244)	(240.269)
Custos de itens aeronáuticos	(337.931)	(327.752)	(337.931)	(327.752)
Outros gastos com tripulação	(98.376)	(78.162)	(98.376)	(78.162)
Depreciação e amortização	(537.390)	(330.683)	(537.402)	(330.695)
Custos de manutenção das bases	(56.912)	(48.617)	(56.912)	(48.617)
Seguros	(32.322)	(28.815)	(32.322)	(28.815)
Consultorias/Auditorias	(29.905)	(22.811)	(29.905)	(22.811)
Outros	(59.206)	(42.172)	(59.206)	(42.172)
	(2.684.521)	(1.957.848)	(2.686.305)	(1.959.261)
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	(2.542.935)	(1.845.305)	(2.543.806)	(1.845.934)
Despesas gerais e administrativas	(141.586)	(112.543)	(142.499)	(113.327)
	(2.684.521)	(1.957.848)	(2.686.305)	(1.959.261)

OMNI TÁXI AÉREO S.A.

CNPJ/MF Nº 03.670.763/0001-38 - NIRE Nº 33.3.0029911-4

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre aplicações financeiras	4.136	603	4.146	622
Juros sobre empréstimos	(30.488)	(10.966)	(30.488)	(10.966)
Juros sobre debêntures	(19.221)	(14.106)	(19.221)	(14.106)
IOF s/ operações financeiras	(19.455)	(4.907)	(19.455)	(4.907)
Custos amortizados sobre empréstimos/debêntures	(1.961)	(8.239)	(1.961)	(8.239)
Juros Partes Relacionadas	1.447	(16.962)	1.447	(16.962)
Juros sobre arrendamentos	(63.800)	(38.164)	(63.800)	(38.164)
Variações cambiais realizadas	64.342	(48.145)	64.342	(48.145)
Variações cambiais não realizadas	4.453	(118.688)	4.453	(118.688)
Instrumentos financeiros derivativos	(3.506)	-	(3.506)	-
Outras	(4.344)	(6.643)	(4.360)	(6.702)
	(68.397)	(266.217)	(68.403)	(266.256)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: 22.1. Gestão do Risco de capital: A política da Companhia tem por diretriz promover uma estrutura de capital que preserve a confiança do investidor, do credor e do mercado, bem como garantir a continuidade do negócio e o desenvolvimento de novas oportunidades. A Administração monitora o retorno sobre o capital empregue considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais e o nível de remuneração do capital dos acionistas. Neste sentido, a Administração tem por objetivo o equilíbrio entre o grau de alavancagem financeira, a necessidade de capital de giro e oportunidade de novos investimentos face as vantagens e segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. 22.2. Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detém dívida denominada em Euro cujo valor captado soma EUR 8.198, e para o qual contratou-se operações de derivativos ("swap" cambial), cujos prazos de vigência, valores de principal e juros replicam os prazos montantes de principais e juros do empréstimo. Com o objetivo de mitigar a exposição à volatilidade cambial decorrente de empréstimo denominado em moeda estrangeira (Euro), a Companhia contratou operações de derivativos do tipo swap cambial junto ao Itaú Unibanco S.A. As operações possuem características compatíveis com a dívida objeto de proteção, incluindo prazos, indexadores e fluxos financeiros, visando reduzir os impactos das oscilações cambiais sobre o fluxo de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha operações de swap cambial atreladas à variação EUR/BRL, nas quais a posição ativa corresponde à variação cambial do Euro acrescida de cupom cambial e a posição passiva está vinculada ao CDI acrescido de spread contratual.
As operações apresentavam as seguintes características:

Instituição	Descrição	Operação/Taxa	Vencimento	Valor referência (nocional)	31/12/25
	"Swap" (cambial)				
Itaú	Posição ativa	EURO/BRL+6,9%	setembro/2028	EUR 8.198	47.590
Unibanco S.A.	Posição passiva	CDI+4,4%	setembro/2028	R$50.000	(51.096)
				MTM "Swap"	(3.506)

	Controladora e Consolidado
	Passivo
	31/12/2025
Circulante	1.407
Não circulante	2.099
Total	3.506

22.3. Gestão dos Risco financeiros: Os resultados da Companhia são suscetíveis a serem afetados de forma adversa por vários fatores de risco. Para conduzir com eficiência o processo de gestão de riscos dos seus negócios, a Companhia mantém constante mapeamento dos riscos com base na projeção de cenários e seus impactos nos resultados. Os principais riscos para a Companhia são: i) risco de crédito e ii) risco de mercado.

23. COBERTURA DE SEGUROS

Bem segurado	Risco	Data de vigência De	Até	Importância Segurada em USD mil
Aeronaves	Responsabilidade civil e casco	30/06/25	30/06/26	1.127.894

24. GARANTIAS

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Garantias relativas a direitos aduaneiros e impostos	177.159	98.261
Garantias para autoridades fiscais	18.618	20.591
Total	195.777	118.852

25. EVENTOS SUBSEQUENTES: 25.1. Incidente com aeronave da Omni Taxi Aereo perto de Cabo Frio, Brasil. Em 2 de janeiro de 2026, uma aeronave Airbus H160 operada pela Omni Táxi Aéreo realizou um pouso na água nas proximidades de Cabo Frio (RJ). Todos os oito ocupantes (seis passageiros e dois tripulantes) foram resgatados com segurança, sem ferimentos, e receberam alta após avaliações médicas preventivas. A Companhia prestou suporte integral aos envolvidos e atuou em coordenação com as autoridades competentes. A investigação conduzida pelo CENIPA encontra-se em andamento. Um relatório preliminar, divulgado em 5 de fevereiro de 2026, apontou possíveis fatores contribuintes relacionados a aspectos procedimentais e humanos associados à manutenção, sem conclusões finais até o momento. A Omni segue colaborando com as autoridades, mantendo comunicação transparente com as partes interessadas e reforçando seu compromisso com elevados padrões de segurança operacional. Não foi identificado impactos financeiros materiais. 25.2. Mudança na estrutura organizacional: Conforme ata da reunião do conselho de administração realizada em 24 de janeiro de 2026 foi deliberada a destituição do CEO da Companhia, Sr. Paulo Maurício Nunes Couto e eleito o Sr. Roberto Márcio Coimbra como o novo CEO da Companhia. A partir de março, o Cmte. Roberto Coimbra retomou sua posição como CEO da Omni Táxi Aéreo. 25.3. Captação de financiamentos: Cédula de crédito bancário emitida em 6 de fevereiro de 2026 pela Companhia, em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R$10.000 (dez milhões de reais), com vencimento final em 10 de março de 2027. 26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de maio de 2026.

DIRETORIA

Roberto Coimbra - Diretor Presidente
Ivan Coyard - Diretor Financeiro
Adriana de Sant'Anna Pacheco - Contadora - CRC nº 087170/O-3-RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE RESUMIDO

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.omnibrasil.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 29 de maio de 2026, sem modificações.

Economia

Nota

VENDAS DE MOTOS SOBEM 10,6% EM AGOSTO ANTE IGUAL MÊS DE 2025, APONTA FENABRAVE

As vendas de motos tiveram crescimento de 10,6% em agosto, na comparação com o mesmo mês do ano passado, chegando a 205,2 mil unidades. Divulgado ontem, pela Fenabrave, entidade que representa as concessionárias, o balanço mostra que na margem - ou seja, na comparação de agosto com julho -, houve alta de 3% na comercialização de motocicletas. As vendas de motos chegaram a 1,58 milhão de unidades no acumulado de janeiro a agosto, com crescimento de 12,1% frente aos oito primeiros meses do ano passado. O desempenho se deve à expansão dos serviços de entrega (delivery), além da busca por alternativas de mobilidade individual mais baratas.

Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 47.589.413/0001-17

Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro - Edital de Ciência de Alienação de Ativo na Recuperação Judicial do Club de Regatas Vasco da Gama – Em Recuperação Judicial e Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol – Em Recuperação Judicial – Processo nº 0943414-78.2024.8.19.0001

O MM. Juízo da Quarta Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em exercício o Dr. Victor Agustin Cunha Jaccoud Diz Torres, na forma da Lei, FAZ SABER a quem o presente Edital vir ou dele conhecimento tiver e interessar possa, que, nos autos da Recuperação Judicial nº 0943414-78.2024.8.19.0001, ante a previsão da cláusula 4.1.2.1 do Plano de Recuperação Judicial (ID nº 236950401) e com fundamento no inciso V do artigo 142 da Lei nº 11.101/2005, foi formulado pedido pelas Recuperandas (ID 175027366) para início do processo competitivo para alienação da UPI Equity, cujo Sumário Executivo contendo as principais disposições da proposta vinculante (ID 299396435) apresentada por um Primeiro Proponente foi juntado aos autos do processo autuado sob o nº 0943414-78.2024.8.19.0001 ("Recuperação Judicial"), em trâmite perante esse Juízo, correspondente à Recuperação Judicial das sociedades **Club de Regatas Vasco da Gama – Em Recuperação Judicial e Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol – Em Recuperação Judicial,** doravante coletivamente denominadas de "Recuperandas" na forma abaixo. **1.** Do Ativo objeto do pedido de procedimento competitivo: O objeto do pedido de início do Procedimento Competitivo é a alienação da UPI Equity, composta por 90% (noventa por cento) do capital social total e votante da nova Sociedade Anônima do Futebol ("Nova SAF") a ser constituída pela Vasco da Gama – Sociedade Anônima do Futebol – em Recuperação Judicial ("SAF VASCO"), em bases totalmente diluídas, mediante aumento de capital com emissão de novas ações ordinárias classe B, nominativas e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer Ônus, para cujo capital social o Vasco da Gama contribuirá ou transferirá, por meio de operações societárias ou contratuais, a totalidade dos ativos, tangíveis e intangíveis, bens, patrimônio, contratos, direitos, obrigações, nos termos da cláusula 4.1.2.1 do Plano homologado ("UPI Equity"). **2.** Da Decisão: ID 303548018. Resumo da Decisão: "(...) iv) em paralelo e desde logo, a publicação de edital e a publicização, em meios de comunicação e em mídias sociais, de que se aproxima a venda da UPI Equity, com controle acionário sobre a SAF do Vasco, de modo que eventuais interessados possam se manifestar nos autos, até em sigilo se assim desejarem." **3.** Objetivo: Ciência e publicização a interessados de que se aproxima a venda da UPI Equity, com controle acionário sobre a SAF do Vasco, de modo que eventuais interessados possam se manifestar nos autos. **4.** Condições da Proposta do Primeiro Proponente (ID 299396435) - Condições Mínimas do Procedimento Competitivo de Alienação da UPI Equity: (i) Aporte no valor total de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com valor individual de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), atualizados pelo INPC/IBGE, com vencimentos anuais; e (ii) Destinação exclusiva ao futebol: o valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) não poderá ser usado para o pagamento de dívidas. A destinação desse valor é exclusiva para o departamento de futebol (atletas, comissão técnica, contratações). (iii) Obrigação para com a dívida da Recuperação Judicial, tributária e extraconcursal: Auxílio Financeiro para o pagamento dos credores concursais, conforme estabelecido no PRJ, das obrigações tributárias, previdenciárias e extraconcursais, conforme prazos e condições estabelecidas nos parcelamentos ou transações tributárias e previdenciárias e/ou outros acordos firmados para a quitação das demais dívidas extraconcursais, garantida por Conta Vinculada com saldo equivalente a 3 meses das obrigações da RJ e Tributos. (iv) Conversão em capital social do crédito decorrente do financiamento DIP concedido à SAF VASCO pelo Banco Crefisa S.A., no valor líquido aproximado de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), com a consequente quitação integral dessa dívida ("Financiamento DIP"). (v) Fluxo de caixa: assegura que a Nova SAF manterá por 5 (cinco) anos, contados do fechamento da operação, fluxo de caixa equilibrado, de modo que as receitas operacionais cubram integralmente as despesas operacionais e os investimentos ordinários. Será usado como referência de despesas e receitas o orçamento previsto para dois exercícios subsequentes ao fechamento. (vi) Centro de treinamento e categorias de base: assegura que a Nova SAF realizará investimento de R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), ao longo de 10 (dez) anos, no centro de treinamento da equipe de futebol masculino profissional, e de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ao longo de 2 (dois) anos, em melhorias na infraestrutura das categoriais de base, não se computando para tais fins, os valores despendindos com aquisição de terrenos. (vii) Incentivos fiscais: se compromete a tomar as medidas necessárias, diretamente ou por suas pessoas relacionadas, para estruturar e conduzir projetos de incentivo fiscal em favor do Club de Regatas Vasco da Gama, em valor total de até R$ 150.000.000,00 (cinto e cinquenta milhões de reais), a serem obtidos de forma progressiva ao longo de 10 (dez) anos, sem que a eventual não obtenção das aprovações necessárias, por fatos alheios ao controle do Proponente Vencedor, caracterize inadimplemento contratual. (viii) Aportes Adicionais: caso a Nova SAF não disponha, a qualquer tempo, de recursos suficientes para o cumprimento das obrigações relativas à divida da Recuperação Judicial, à dívida tributária e extraconcursal, ao fluxo de caixa e aos investimentos em infraestrutura, o Proponente deverá realizar os aportes adicionais necessários à integral satisfação dessas obrigações, sem que isso gere aumento de sua participação societária, diluição da SAF Vasco, ou qualquer redução do valor a ser integralizado por notas promissórias. (ix) Lock-up e retenção de dividendos: o Proponente Vencedor não poderá alienar as novas ações da Nova SAF por 10 (dez) anos, e a Nova SAF não poderá distribuir dividendos pelo mesmo prazo. **5.** Garantias da Proposta do Primeiro Proponente (ID 299396435): (i) Conta vinculada escrow: será constituída com saldo mínimo equivalente a 3 (três) meses das obrigações vincendas da recuperação judicial e da título tributária e extraconcursal, cujo valor será estabelecido considerando a média mensal dos doze meses subsequentes, a ser recomposta em até 20 (vinte) dias úteis pelo adquirente, sempre que o saldo for inferior ao mínimo exigido.(ii) Fiança e aval: fiança e aval pessoal de Marcos Faria Lamacchia e da Crefipar, com renúncia ao benefício de ordem. (iii) Reforço da conta vinculada: Em caso de insolvência comprovada de qualquer dos garantidores, ocorrida após o fechamento da operação e durante o período de supervisão judicial da Recuperação Judicial (art. 61 da Lei nº 11.101/2005), os garantidores deverão comprovar sua capacidade financeira em até 10 (dez) dias úteis, sob pena de o proponente vencedor ser obrigado a reforçar a conta vinculada com valor correspondente às obrigações do plano vincendas no período de supervisão judicial. Para que chegue ao conhecimento dos interessados e para os fins de direito, é expedido o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei, cientes de que este Juízo funciona na Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap04vemp@tjrj.jus.br. Dado e passado nesta cidade de(o) Rio de Janeiro, aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis. Eu, Maria Carmelina de Oliveira - Matr. 01/9151, mandei digitar, conferi e o subscrevo e assino por ordem do MM. Juíz Dr. Victor Agustin Cunha Jaccoud Diz Torres. (01, 02 e 03/09/2026)

Seguradoras

STF derruba PIS/Cofins sobre rendimentos de reservas técnicas

LAVÍNIA KAUCZ/AE

Por 5 a 4, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que não incide PIS/Cofins sobre aplicações financeiras de reservas técnicas de seguradoras e entidades de previdência privada. A derrota da União pode custar até R$ 5,3 bilhões em cinco anos para os cofres públicos, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026.

As reservas técnicas são provisões obrigatórias que as empresas devem fazer para arcar com os compromissos firmados com os segurados. A maioria dos ministros entendeu que o rendimento dessas reservas não se enquadra no conceito de "atividades típicas" das empresas para fins de incidência de PIS/Cofins.

Venceu o voto do relator, Luiz Fux. Ele destacou que tais depósitos são obrigatórios e não ficam disponíveis para as empresas. "As receitas dessas aplicações financeiras não integram o faturamento das entidades de previdência privada e seguradoras e, via de consequência, não devem compor a base de cálculo da contribuição ao PIS e da Cofins", afirmou. Seu voto foi acompanhado pelos ministros André Mendonça, Kássio Nunes Marques, Cármen Lúcia e Edson Fachin.

O ministro Alexandre de Moraes abriu divergência seguida por Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes. O ministro Dias Toffoli estava ausente na sessão.

"Há poucos meses, o Supremo julgou o tema 1280 e reconheceu a incidência do PIS/Cofins sobre receitas financeiras de entidades fechadas de previdência complementar. Como nós vamos dizer agora que em entidades abertas se aplica outro regime?", questionou Dino.

O argumento foi rebatido por Nunes Marques: "Essa reserva técnica não se confunde com atividade típica da empresa. Ela não possui valores disponíveis, e aí começa o distinguishing (distinção) com o tema 1280".

O julgamento tem repercussão geral, e o resultado será aplicado a todos os processos que discutem o mesmo tema na Justiça.

ARGUMENTOS

As seguradoras alegam que suas reservas técnicas não se submetem à incidência de PIS/Cofins porque são resultado da contribuição dos seus segurados, e não da venda de mercadorias ou da prestação de serviços.

A Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg) defende que a incidência de PIS/Cofins sobre as reservas técnicas representaria uma "ampliação da tributação, o que ocasionará relevante impacto econômico para o setor de seguros, já que as receitas geradas pelas reservas técnicas possuem o único objetivo de cobrir as perdas inflacionárias das próprias reservas", afirmou a entidade na sua agenda jurídica de 2025.

Já a Fazenda argumenta que as aplicações financeiras não são uma atividade extra, mas sim parte do ciclo produtivo de seguradoras e entidades de previdência privada.

"Diferente de outras empresas, para bancos e seguradoras, a aplicação financeira dos recursos é o cerne de seu funcionamento", disse a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em manifestação ao Supremo.

O órgão citou dados que apontam que o montante acumulado pelo setor de seguros em novembro de 2025 com provisões técnicas era de R$ 251,35 bilhões.

Os dados são da Superintendência de Seguros Privados (Susep). "E é justamente sobre a receita obtida com o investimento deste capital que as entidades seguradoras se recusam a contribuir para a Seguridade Social", destacou.

A PGFN também salienta a evolução do capital acumulado nos últimos cinco anos em provisões técnicas. "Pode-se ver que o montante acumulado no setor praticamente dobrou, de R$ 1,25 trilhão em 2021 para R$ 2,03 trilhões em 2025"

Política nacional

Senado aprova relatório de Eduardo Braga para PL dos minerais críticos

JOÃO CAIRES/AE

O Senado aprovou ontem, o relatório do senador Eduardo Braga (MDB) (**foto**) ao projeto de lei (PL) dos minerais críticos, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e cria o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE), vinculado à Presidência da República.

O parecer mantém, em linhas gerais, o texto aprovado pela Câmara e acolhe ajustes principalmente de redação, como padronização de termos e correções técnicas em dispositivos ligados ao fundo garantidor e à rastreabilidade.

Entre os instrumentos previstos no projeto estão a possibilidade de criação do Fundo Garantidor da Atividade Mineral (FGAM), o Programa Federal de Beneficiamento e Transformação de Minerais Críticos e Estratégicos (PFMCE), o Certificado Mineral de Baixo Carbono e o Cadastro Nacional de Projetos do setor, além de regras para leilões de áreas e estímulos a P&D. O texto também prevê mecanismos de rastreabilidade para assegurar origem e conformidade socioambiental e regulatória ao longo da cadeia produtiva

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

CRITÉRIO CONSULTORES LTDA.
CNPJ: 06.319.383/0001-41
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO ENTRE SÓCIOS

A administração da Sociedade CRITÉRIO CONSULTORES LTDA convoca todos os sócios para Reunião de Sócios a realizar-se no próximo dia 08 do mês de setembro de 2026, na sede da sociedade, localizada nesta cidade, na Rua do Ouvidor, nº. 60 - Sala 1314 - Centro - CEP: 20.040-030, iniciando-se os trabalhos às 10 horas em primeira e 10h30 em segunda convocação, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: inclusão de cláusula de exclusão de sócio por justa causa no contrato social, conforme Art. 1.085 do Código Civil.

Rio de Janeiro/RJ, 02 de setembro de 2026
BRUNO FONSECA OLIVEIRA
Presidente da Sessão

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE

CONTRATAÇÃO Nº 191/2026

O Pregoeiro Pedro Paulo Goncalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem da **Contratação: 191/2026** no dia 16/09/2026 às 11:00h. **Objeto: Aquisição de Medicamentos - Antibióticos I**: (ACICLOVIR 200MG COMP; ALBENDAZOL 400MG COMP; CEFALEXINA 250MG/5ML SUSPENSÃO FRS 60ML e etc). Processo nº 33409.000190/2026-79. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE

CONTRATAÇÃO Nº 178/2027

O Pregoeiro ANDRE LUIS BORGES DE Castroconvida as empresas interessadas em participarem da **Contratação: 178/2027** no dia 16/09/2026 às 11:00h. **Objeto:** Aquisição De Lenço De Pericárdio Bovino Não Aldéico Anticalcificante. Processo nº 33409.009138/2025-05. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 324/2026

A Pregoeira Roberta De Farias Barreto Domingos Paula convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 324/2026 no dia 18/09/2026 às 09h00min. - Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Transporte de Materiais Radioativos. Processo nº. 33409.009936/2025-29. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

Manhã Tarde Noite 27º 13º 5% 06:13 17:55 **INVERNO:** Sol com poucas nuvens. Não chove.

COMBATE AO CRIME

Gakiya vê riscos em aplicar modelo de Bukele no Brasil

CAIO POSSATI/AE

O promotor Lincoln Gakiya, do Grupo de Atuação Especializada contra o Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, fez ponderações sobre a política de segurança pública aplicada em El Salvador pelo presidente Nayib Bukele.

Segundo ele, adaptar as medidas salvadorenhas à realidade brasileira implicaria decretar estado de exceção, realizar prisões sem mandados judiciais e, consequentemente, inflar ainda mais um sistema prisional que já enfrenta superlotação. "Estaremos falando em 4 milhões de presos e um País onde há um déficit de 50% de vagas", diz.

Gakiya é uma das principais autoridades do País no combate ao crime organizado. Ele foi um dos palestrantes do congresso de Segurança Pública organizado pela Fiesp na segunda-feira passada, que também contou com a participação de Gustavo Villatoro, ministro da Segurança Pública e Justiça de El Salvador.

As políticas do presidente salvadorenho Nayib Bukele, citadas por candidatos no Brasil, como Flávio Bolsonaro (PL), Romeu Zema (Novo) e Renan Santos (Missão), são marcadas pela forte repressão policial e pelo encarceramento em massa. Um dos símbolos da sua gestão foi a construção do Centro de Confinamento do Terrorismo, um megaprédio prisional com capacidade para 40 mil detentos.

Os índices de criminalidade caíram em El Salvador, mas aumentaram as acusações de violação de Direitos Humanos e garantias constitucionais, como prisões sem mandado, aumento dos prazos de detenção e limitação do direito de defesa dos suspeitos.

LULA MARQUES/ ABRASIL

Gakiya questiona o modelo salvadorenho. "Vamos imaginar 4 milhões de pessoas sendo presas sem ordem judicial, sem situação de flagrante delito, sem individualização e sem acusação formal", diz. "Como isso vai ser aplicado no Brasil? Vai decretar estado de sítio? Os Estados vão pedir GLO (Garantia da Lei e da Ordem)?"

Neste sentido, ele lembra que o aprisionamento em massa e a falta de controle sobre a população carcerária contribuíram para o surgimento das facções Comando Vermelho, no Rio, e Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo. Assim, um eventual aumento de presos poderia fortalecer o crime organizado nas prisões.

"É quase impossível garantir a segurança da unidade", diz Gakiya "Não há soluções fáceis para problemas complexos."

Ele também criticou a tese de que a criminalidade pode ser combatida apenas com o endurecimento das penas. Na avaliação do promotor, o País precisa rever as formas de execução das penalidades.

"A pena, por si só, não vai dissuadir o criminoso de continuar praticando o crime", diz. "Vejam o crime de feminicídio: era o crime com maior punição no Brasil, e o feminicídio só aumenta. Por quê? Porque todo mundo esqueceu de tratar da fase de execução da pena."

Gakiya criticou o regime progressivo de cumprimento de pena e afirmou que o livramento condicional no Brasil praticamente não existe. "Nos Estados Unidos, o livramento condicional é muito eficaz, tem um oficial de livramento que acompanha a vida, pari passu, desse preso. Aqui, a prisão domiciliar é um nada, é liberdade", afirmou.

"Eu nunca vi um preso ir se ressocializando aos poucos quando ele vai experimentar o regime semiaberto. É melhor que ele cumprisse uma parcela maior em regime fechado e depois, posteriormente, ele fosse colocado em liberdade", acrescentou.

PROTEÇÃO ANIMAL

Nova lei da Prefeitura proíbe acorrentar cães e gatos em São Paulo

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) sancionou, ontem, uma lei aprovada pela Câmara dos Vereadores que proíbe o acorrentamento de cães e gatos na capital paulista. A Lei 18.527/2026, publicada no Diário Oficial, também veda manter esses animais em alojamentos inadequados e presos a coleiras que pressionam o pescoço. Os infratores ficam sujeitos às multas e até prisão previstas na lei dos crimes ambientais.

A lei municipal reproduz integralmente a Lei Estadual 18 184/2025 sancionada em agosto do ano passado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

A Prefeitura de São Paulo informou, em nota, que embora já exista legislação estadual sobre o tema, a lei municipal aprovada pela Câmara reafirma essas diretrizes no âmbito da capital paulista "fortalecendo a proteção de cães e gatos e estabelecendo de forma clara as condições para sua guarda e contenção".

A NOVA NORMA?

A lei, que já está em vigor, considera acorrentamento qualquer meio de restringir a liberdade do animal usando correntes, cordas ou similares, impedindo-o de se movimentar livremente no espaço em que se encontra.

Também considera inadequado qualquer espaço que ofereça risco à vida ou à saúde do animal, que não tenha dimensões adequadas ao tamanho ou desrespeite as normas e condições de bem-estar do animal.

Nos casos de impossibilidade temporária por falta de outro meio de contenção, o animal poderá ser aprisionado a uma corrente do tipo 'vaivém', mas apenas de forma temporária e que permita o deslocamento do cão ou gato.

A lei não proíbe o uso de coleiras, desde que seja compatível com o porte do animal e não o submeta a riscos, sendo vedado o uso de enforcadores (tipo de coleira que pressiona o pescoço do animal).

No caso de cão e gato contido, o animal precisa ter disponibilidade de água limpa e oferta de alimento, além de poder se abrigar do sol, da chuva, do calor ou frio excessivo. A lei exige ainda que se impeça o contato do pet com outros animais agressivos ou portadores de doenças.

PUNIÇÕES

Os infratores ficam sujeitos às penas previstas na Lei dos Crimes Ambientais que, no caso dos cães e gatos, foi alterada pela Lei 14.064/2020 (Lei Sansão) estabelecendo pela de reclusão de 2 a 5 anos para quem maltrata esses animais, além de multa e proibição da guarda. A pena é aumentada de um sexto a um terço se o crime causar a morte do animal.

No caso dos outros animais, incluindo os silvestres, a pena continua sendo de detenção de 3 meses a 1 anos, além de multa.

MAIS SEGURANÇA

Especialistas em legislação ouvidos pela reportagem do Estadão dizem que, embora seja redundante, por já haver lei estadual, a norma municipal dá mais segurança aos agentes da fiscalização. "Embora a legislação estadual já estabeleça essa proteção, a lei municipal reforça a norma no âmbito local e seu caráter informativo e pedagógico. Além disso, dá maior segurança aos agentes municipais responsáveis pela fiscalização, cuja atuação é diretamente orientada pelo regramento do próprio município, fortalecendo, na prática, a proteção e o bem-estar dos animais", diz Ricardo Teixeira da Silva, doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Direito do Estado.

Já para o professor e advogado Luiz Felipe Rossini, coordenador da pós-graduação em Direito Animal da i9 Educação, a lei paulistana não cria uma nova modalidade de responsabilidade civil para os tutores. "Ela reforça e torna expressos deveres de cuidado e bem-estar que já decorriam da legislação anterior, inclusive porque a Lei Estadual nº 18.184/2025 já proibia, em todo o Estado de São Paulo, o acorrentamento de cães e gatos e a manutenção desses animais em alojamentos inadequados."

Para ele, a novidade está na explicitação da obrigação no âmbito municipal, e não na criação de uma responsabilidade civil automática. "A nova lei fortalece o fundamento para a responsabilização tutor. O descumprimento pode gerar sanções administrativas previstas na legislação ambiental, com multas de até R$ 37.000,00, além de responsabilização civil (pagamento das despesas de resgate do animal e tratamento veterinário), além de danos morais coletivos, uma vez que os maus tratos atingem os valores morais de toda a sociedade, e responsabilização penal (pode haver enquadramento no art. 32 da Lei Federal nº 9 605/1998, cuja pena pode chegar a 5 anos de reclusão)", detalha

CIDADES

Algumas cidades paulistas têm leis próprias para a proteção de cães, gatos e outros pets, mas sempre em consonância com o que dispõem as leis estaduais e federais. Em Sorocaba, uma lei municipal sancionada em 2022 aumentou para até R$ 50 mil a multa para maus tratos que causem a morte do animal.

POLÍCIA FEDERAL

Haddad critica 'seletividade' de quebras de sigilo e vê Flávio protegido

DANIEL TOZZI/AE

O ex-ministro da Fazenda e candidato do PT ao governo de São Paulo, Fernando Haddad, criticou ontem, o que considera ser "seletividade" nas quebras de sigilos das operações da Polícia Federal (PF) que envolvem o escândalo do Banco Master.

"Se é pra expor, expõe tudo, sem seletividade", disse Haddad em coletiva de imprensa na cidade de Santos, antes de um ato de campanha. O petista insinuou que o senador e candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) estaria sendo "preservado" por essa seletividade.

"Não consigo entender por que o processo do Flávio segue em sigilo. Nós vamos decidir o destino do Brasil dia 4 de outubro, e um dos envolvidos no escândalo do Banco Master é candidato a presidente. Ele está até o pescoço envolvido em todos os escândalos recentes e tem o seu sigilo mantido. Eu pergunto, por quê? Ele é melhor que os outros senadores ou que o ministro Supremo? Por que ele está sendo preservado? Até quando ele será protegido?", questionou.

As declarações de Haddad fazem coro ao posicionamento de parlamentares das federações Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) e PSOL-Rede, que defenderam ontem que haja "isonomia" na publicidade de investigações do escândalo do Master que envolvam Flávio Bolsonaro e o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes.

O grupo pede que o presidente do STF, Edson Fachin, leve ao plenário o levantamento do sigilo de três procedimentos sobre o financiamento do filme Dark Horse, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os casos apuram aportes do banqueiro Daniel Vorcaro intermediado por Flávio Bolsonaro.

EXCESSO DE CLIENTES

Confecção de luxo de vestidos de noivas nega golpe e se diz 'vítima'

ADRIANA VICTORINO/AE

A loja de vestidos My Vintage Dress, localizada em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, que deixou noivas sem os vestidos às vésperas das festas de casamento, se pronunciou mais uma vez nas redes sociais afirmando que enfrentou problemas devido ao "volume excepcional de pedidos e desafios na produção"

Clientes da confecção de luxo foram ao estabelecimento na terça-feira passada, em busca de vestidos após serem informadas sobre problemas na empresa. Segundo relatos de uma das noivas, a loja não entregou o vestido comprado e deixou de retornar as mensagens às vésperas do casamento.

"Diante de um período de volume excepcional de pedidos e desafios na produção, decidimos fechar temporariamente a loja para novas vendas, concentrando todos os esforços nas clientes que já possuem pedidos em andamento", afirmou.

Segundo a empresa, após o fechamento temporário, a loja passou a receber ameaças pelo Instagram. "Por segurança, retiramos a conta temporariamente do ar", diz a nota publicada nas redes sociais.

A noiva Letícia Queiroz relatou dificuldades para retirar o vestido. Após ter a retirada cancelada na segunda-feira passada, e não conseguir contato com a empresa, ela foi até a loja.

Nas redes sociais, ela compartilhou as tentativas frustradas de contato com a loja nos últimos dias e também detalhes da experiência durante os primeiros atendimentos. Segundo a noiva, a loja cogitou agendar a entrega do vestido para uma data posterior ao dia do casamento.

Após a publicação da noiva, clientes da confecção de luxo foram ao estabelecimento em busca de vestidos.

A My Vintage Dress afirmou que a loja foi "alvo da entrada coletiva e não autorizada de mais de 50 pessoas, caracterizando uma invasão do estabelecimento", acrescentando que "alguns vestidos foram levados por pessoas que estavam na loja sem autorização. Por isso, nossa equipe decidiu retirar alguns vestidos do local por segurança".

DEMISSÃO

Funcionárias das áreas comercial e de costura foram demitidas na segunda-feira, segundo relato de uma ex-funcionária. Elas foram informadas de que a previsão seria tentar entregar os vestidos das clientes com casamentos marcados até fevereiro. Para as cerimônias posteriores, ainda será necessário definir o que será feito.

Segundo ela, a equipe começou a receber informações no sábado passado, de que a loja não conseguiria continuar as atividades e passava por uma auditoria interna. Apesar da dispensa, algumas ex-funcionárias pretendem ajudar as noivas por conta própria, trabalhando de graça para colaborar com essas clientes.

No comunicado, a My Vintage Dress não cita a demissão de funcionários.

"Até 31/08, trabalhávamos de segunda a sábado, das 8h às 23h30 - muitas vezes até madrugada adentro. Impedidas de acessar nossos locais de trabalho e diante do medo causado pelas ameaças, nossa equipe encontrou uma forma de continuar. Temos um time incrível e nossos colaboradores estão emprestando suas próprias casas para a produção dos vestidos", disse a empresa.

A My Vintage Dress afirmou ainda que é liderada por uma casal de mulheres e que, "infelizmente, confiou nas pessoas erradas", sem dar mais detalhes.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 59ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais emitidas pela IME – Instituto Metropolitano de Ensino Ltda*", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia **21 de setembro de 2026, às 16:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a alteração do Anexo II – Tabela de Pagamentos dos CRI e Anexo IV – Datas de Pagamento do "*Termo Da 1ª (Primeira) Emissão De Notas Comerciais Escriturais, Com Garantias Reais, Com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da Ime – Instituto Metropolitano De Ensino Ltda.*", conforme aditado ("Notas Comerciais"), de modo que passe a vigorar conforme proposta a ser apresentada na realização desta Assembleia; e (ii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRI Fametro 59", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 01 de setembro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

Usuários

Discord terá dez dias para apresentar proposta de proteção

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Justiça Federal no Distrito Federal concedeu nesta quarta-feira (2) prazo de dez dias para a plataforma Discord apresentar uma proposta de conciliação na ação na qual o governo federal pede que a empresa efetive medidas para proteger mulheres, crianças e adolescentes na internet.

O prazo foi solicitado pela plataforma durante a primeira audiência do caso, que também envolveu representantes da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério Público Federal (MPF).

O Discord pretende apresentar um protocolo para receber notificações sobre casos de sextorsão na plataforma, mecanismo de detecção e moderação de conteúdos sobre maus-tratos e crueldade contra animais, além de medidas para preservar dados de usuários para assegurar eventual requisição por investigações.

Antes de protocolar a ação na Justiça, o governo federal tentou fechar acordo com a plataforma para que as falhas fossem corrigidas.

Contudo, a AGU informou que as medidas apresentadas anteriormente pela empresa foram consideradas insuficientes para eliminar as falhas apresentadas e protocolou a ação na Justiça.

O Discord passou a ser cobrado pelo governo após repercussão do caso de uma adolescente que foi induzida a tirar a própria vida durante uma live transmitida pela plataforma. O episódio ocorreu em julho.

Candidato digital

Cury se defende de críticas sobre redes sociais, IA e drones

GABRIEL GONÇALVES/AE

O candidato à Presidência Augusto Cury (Avante) se defendeu nesta quarta-feira, de críticas ao crescimento de sua candidatura nas redes sociais e a propostas apresentadas durante a campanha. Em entrevista ao SaladaCast, ele rejeitou acusações de compra de seguidores e influenciadores, negou que pretenda substituir servidores públicos por inteligência artificial e voltou a defender o uso de drones na segurança pública.

Ao falar da repercussão digital de sua candidatura, Cury atribuiu parte dos ataques a uma "indústria dos haters" e disse haver uma mobilização espontânea em torno de seu nome. No chat da transmissão, apareceram mensagens repetidas de apoio a Renan Santos (Missão) e críticas ao candidato do Avante, incluindo acusações de uso de bots e questionamentos sobre seu desempenho nas pesquisas diante da audiência da live.

Cury também contestou a interpretação de que sua proposta de uso de inteligência artificial significaria substituir servidores públicos. "Vocês só vão ser equipados e treinados para prestar o melhor serviço", afirmou. Segundo ele, o governo avaliaria quais cargos comissionados e políticos são essenciais.

O escritor voltou ainda à repercussão de sua proposta de uso de drones na segurança pública, apresentada durante entrevista ao Jornal Nacional. Em tom de brincadeira, falou em "dronefobia" e afirmou que houve ênfase excessiva no assunto.

"Isso era apenas um detalhe em centenas de detalhes sobre segurança. Mas pegaram um detalhe", disse. Cury afirmou que os equipamentos poderiam emitir sinais de alerta, registrar imagens e utilizar reconhecimento facial e térmico.

A entrevista teve formato de conversa e deu a Cury espaço para desenvolver as propostas com poucos contrapontos do apresentador

Reação a Trump

Renan Santos diz que facção criminosa não é terrorismo

MARIANA RIBAS/AE

O candidato à Presidência da República pelo Missão, Renan Santos, disse ontem que não gosta de chamar facção criminosa de terrorismo, por entender que são coisas diferentes. "Eu não fico tão confortável em ver o Trump querendo falar que: ah, isso é tudo terrorista, porque o Trump não quer nos ajudar", disse em entrevista ao podcast Flow.

Ele afirmou que desconfia da tentativa do presidente norte-americano de resolver a questão brasileira. "Os americanos nunca resolveram o problema do tráfico de drogas na América Latina. Por que agora eles querem? Nunca se interessaram por isso", disse.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899
publicidade@diariodoacionista.com.br

Senado

Alcolumbre defende Moraes e cita aliança de Flávio e Vorcaro

NAOMI MATSUI E GABRIEL MÁXIMO/AE

LULA MARQUES/ABRASIL

Cobrado pela oposição para abrir processo de impeachment contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) (**foto**), saiu em defesa do magistrado.

A reação veio após os senadores Carlos Viana (PSD-MG) e Carlos Portinho (PL-RJ) questionarem Alcolumbre sobre o acúmulo de pedidos de impeachment contra Moraes.

Em pronunciamento durante a sessão do Senado, Alcolumbre disse que vem sendo criticado nos últimos dias e que, no momento certo, vai se manifestar. Mas adiantou um comentário sobre as acusações que estão sendo feitas a Moraes, que apareceu em conversas com o banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master.

"Todo mundo esqueceu que pediram R$ 130 milhões para a mesma pessoa para fazer um filme. Agora o culpado é só o ministro Alexandre de Moraes", disse Alcolumbre.

A declaração do presidente do Senado é uma referência ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), candidato do PL à presidência da República, e que também teve conversas com Vorcaro divulgadas pela imprensa. Um áudio registra quando o senador pediu a Vorcaro para destinar recursos para a produção do filme Dark Horse, que retrata a carreira política do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Nesta semana, o Estadão revelou conteúdo de um relatório da Polícia Federal mostrando as mensagens que Vorcaro trocou com Moraes. Nas conversas, o banqueiro pedia auxílio do magistrado sobre as investigações e processos que tramitavam contra ele o Master. Após a divulgação das mensagens, a oposição retomou a pressão para aprovar de impeachment do ministro do STF.

O relatório cita ainda conversas de Vorcaro com o procurador-geral da República, Paulo Gonet. Intermediadas por um advogado, as mensagens tratam, por exemplo, de viagem de Gonet a Londres para um evento patrocinado pelo Master.

Congresso

Comissão do Senado aprova texto-base da PEC da Segurança

DANIELLE BRANT/AE

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou ontem, o texto-base da proposta de emenda à Constituição da Segurança Pública, mantendo o grosso do texto aprovado pelos deputados. Foi retirado da proposta o repasse de parte da arrecadação de bets para financiar o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário Nacional.

O texto, de autoria do governo, foi aprovado em votação simbólica. Os senadores começaram a analisar os destaques (propostas de mudanças ao texto), mas encerraram a reunião por causa do início da sessão deliberativa do Senado. A expectativa é que sejam votados só depois das eleições.

A PEC altera as competências de União, estados e municípios para fortalecer o combate ao crime. O texto prevê o endurecimento penal contra faccionados e blindagem dos estados contra a influência da União para direcionar políticas públicas - na contramão do proposto na proposta original, elaborada pelo então ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski.

Também dá à Polícia Federal poder de investigar infrações penais "contra a ordem social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União", inclusive crimes ambientais, organizações criminosas e milícias privadas. Antes havia a previsão de se investigar "infrações sob administração militar", mas Mendonça Filho tirou esse trecho do texto.

O relator no Senado, Rogério Carvalho (PT-SE), suprimiu um dispositivo aprovado pelos deputados que destinava 30% da arrecadação das bets ao Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário Nacional. Também incluiu uma emenda de redação para especificar que o montante equivalente a 10% do superávit financeiro do Fundo Social será destinado aos fundos - no texto da Câmara, não havia a expressão "montante equivalente"

A PEC tira a centralidade da União na coordenação de políticas nacionais de segurança, foco da proposta anterior. Em vez de caber à União "manter" a segurança pública e a defesa social, o texto prevê que ela vai "prover os meios necessários à manutenção", sinalizando financiamento por parte do governo federal, e não execução. E prevê que cada ente federativo vai ter seus próprios conselhos e políticas sobre o setor.

A PEC dá poder aos municípios para criar suas próprias polícias comunitárias, uma vez que tenham "capacidade financeira" para custear a corporação, e veda "a coexistência de órgão municipal de segurança pública com atribuições sobrepostas".

Além disso, permite aos Estados criar forças-tarefas e organizar o sistema socioeducativo sem a participação da União e também fortalece os parlamentares contra outros Poderes. Isso porque dá competência ao Congresso Nacional para "sustar (derrubar) os atos normativos do Poder Executivo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa".

A PEC incorpora o espírito do projeto de lei antifacção, cuja versão original também foi elaborada pelo ministério, ao criar uma nova categoria penal de "organização criminosa de alta periculosidade", incluindo facções e milícias, que teriam um regime penal mais rigoroso.

Há a previsão, por exemplo, de sanções mais graves e regime legal especial para lideranças dessas organizações criminosas. Crimes cometidos com "violência ou grave ameaça" também receberiam tratamento mais duro. Esses criminosos deverão ficar em presídios de segurança máxima.

O texto também dificulta a progressão de regime e de realização de acordos de não persecução penal para essas pessoas.

Além disso, quem estiver em prisão provisória perde o direito de votar enquanto estiver detido.

Golpista mineiro

Patrimônio de Aécio salta de R$ 1,9 milhão em 2022 para R$ 22,5 milhões

FABRÍCIA BRAGA/AE

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Candidato ao Senado por Minas Gerais, o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) (**foto**) declarou à Justiça Eleitoral patrimônio de R$ 22,548 milhões nas eleições deste ano. O valor é quase 12 vezes maior que os R$ 1,943 milhão informados por ele em 2022. A declaração mais recente inclui uma série de bens e investimentos recebidos em herança de sua mãe, que morreu em 2023.

Entre os principais itens declarados em 2026 estão R$ 8,607 milhões referentes a imóveis em Santa Catarina e no Rio de Janeiro recebidos em herança; R$ 6,032 milhões em aplicações e investimentos também provenientes da herança; e um imóvel rural herdado, avaliado em R$ 3,618 milhões. Aécio ainda declarou R$ 1,722 milhão em peças recebidas em herança dos pais, além de R$ 829,4 mil em quotas de capital herdadas da mãe. O patrimônio inclui ainda R$ 542,3 mil em carros e moto, R$ 498 mil em renda fixa e um apartamento em Belo Horizonte avaliado em R$ 222 mil.

Em 2022, o patrimônio declarado pelo tucano era de R$ 1,943 milhão. Naquele ano, a relação de bens incluía um apartamento de R$ 220 mil, quotas de capital de R$ 680,8 mil, aplicações de R$ 365,3 mil, créditos a receber de R$ 304,9 mil, empréstimos de R$ 122 mil e um veículo avaliado em R$ 129,8 mil. Já em 2018, quando concorreu a deputado federal, Aécio havia declarado R$ 6,152 milhões em bens à Justiça Eleitoral.

INIMIGO DO POVO

Flávio articula sua 'galera' e impede votação do fim da 6x1

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

Sem ter segurança sobre os votos necessários para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do fim da escala 6x1 e da redução da jornada de trabalho, a base do governo no Senado Federal decidiu não arriscar uma apreciação em plenário ontem. Com isso, o projeto só deve ser votado após o 1º turno das eleições, em outubro.

"Hoje, houve um movimento bem sucedido da oposição", afirmou o líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (PT-AC), referindo-se ao esvaziamento do plenário e à consequente impossibilidade de votação.

Em entrevista à imprensa, Randolfe atribuiu à uma "ação coordenada" de oposicionistas - com participação direta dos senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ), candidato a presidente da República, e do líder da oposição, o também senador Rogério Marinho (PL-RN) - para desmobilizar a presença dos parlamentares para uma possível votação. "A oposição ao nosso governo é contra o fim da escala 6x1. Ponto", disse.

O líder do governo afirmou que a oposição já havia demonstrado resistência na CCJ, onde houve quatro votos contrários à proposta.

Dos 27 senadores presentes na comissão, quatro registraram votos contrários: Rogério Marinho (PL-RN), Hamilton Mourão (Republicanos-RS), Tereza Cristina (PP-MS) e Jaime Bagattoli (PL-RO).

Apesar do registro dos votos, a aprovação da PEC no colegiado se deu de forma simbólica. A última etapa para a aprovação da matéria é justamente a votação no plenário do Senado, em dois turnos, com o mínimo de 49 votos favoráveis, o que corresponde a 60% do apoio dos 81 senadores.

A PEC 221 de 2019 prevê a obrigatoriedade de descanso remunerado de dois dias por semana, sem redução salarial, e reduz a atual jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, com uma regra de transição de 14 meses.

A CCJ chegou a aprovar um calendário especial para acelerar a tramitação da proposta, eliminando intervalos regimentais (chamados de interstícios) e permitindo que a matéria pudesse levar votada ainda nesta semana, no plenário, em regime de urgência. A inclusão na pauta do plenário depende do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP).

Ao ser perguntado sobre isso, o líder do governo explicou que Alcolumbre questionou os governistas se havia segurança quanto ao número de votos. Diante da resposta negativa, governo e presidente do Senado consideraram mais prudente não submeter a PEC, que poderia ser derrotada, principalmente por uma provável ausência de senadores para votá-la, o que impediria o alcance do piso mínimo de apoio.

Randolfe Rodrigues afirmou que o governo estimava ter 53 ou 54 votos favoráveis, mas que essa margem não oferecia segurança suficiente para colocar a PEC em votação. O próximo esforço concentrado de votações no Congresso Nacional está previsto para a segunda semana de outubro.

COISA DE MENDONÇA

PGR manda arquivar depoimento sobre 'ameaça a Vorcaro'

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu ontem o arquivamento do depoimento no qual o ex-banqueiro Daniel Vorcaro relatou ter sofrido "graves intimidações" durante as tratativas para obter um acordo de delação premiada.

O depoimento de Vorcaro, que está preso, foi tomado na semana passada por um juiz auxiliar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, relator do caso Master, após requerimento da defesa.

No parecer enviado ao Supremo, a procuradoria disse que Vorcaro não apresentou provas das supostas ameaças.

O ex-banqueiro busca retomar as tratativas para assinar um acordo de delação premiada, já rejeitado duas vezes pela Polícia Federal (PF) e pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Os investigadores entenderam que o ex-banqueiro não apresentou novidades em relação ao material que já foi apreendido e não assumiu que cometeu crimes.

MORAES

Na terça-feira, a PGR defendeu a anulação do relatório da PF que encontrou as mensagens trocadas entre Vorcaro e o ministro Alexandre de Moraes.

Na manifestação enviada à Corte, o procurador-geral, Paulo Gonet, disse que Mendonça investigou Moraes ilegalmente ao determinar o aprofundamento da investigação sobre o caso Master para esmiuçar as conversas envolvendo Moraes e o ex-banqueiro.

No entendimento do procurador, o aprofundamento da apuração só poderia ocorrer após autorização do plenário da Corte.

O caso deve ser analisado pelo plenário do STF. A data ainda não foi definida.

VAZA MENDONÇA

Mendonça confirma encontro secreto com Vorcaro no gabinete

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O gabinete do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça confirmou, em nota, que colheu depoimento de Daniel Vorcaro no próprio gabinete. O texto não informa quando ocorreu a reunião, mas destaca que se deu após o dono do Banco Master relatar intimidações sofridas e pedir para ser ouvido com urgência.

O depoimento foi acompanhado por um representante do Ministério Público (MP), mas não havia ninguém da Polícia Federal (PF) presente. Mendonça é o relator do processo que investiga as fraudes do Master e na nota divulgada o ministro defende o procedimento adotado.

"A presença de representante do Ministério Público em audiências dessa natureza é exigência legal, e foi observada. Quanto à Polícia Federal, as normas do Conselho Nacional de Justiça consagram, como garantia de incolumidade física e psicológica do depoente, o afastamento da equipe policial responsável pela investigação nos atos em que ele é ouvido", explicou o ministro na nota.

"Tratando-se de depoimento motivado por relato de graves intimidações, a não convocação de agentes policiais seguiu essa mesma diretriz de proteção, e não qualquer escolha de conveniência do gabinete", acrescentou.

MORAES E VORCARO

De acordo com a equipe de Mendonça, Vorcaro não tratou do ministro Alexandre de Moraes, colega de Mendonça no STF, no depoimento.

"O conteúdo da audiência é resguardado por sigilo legal. Registre-se, apenas, que a informação de que teriam sido abordados temas relacionados ao ministro Alexandre de Moraes não procede".

Na terça-feira, Mendonça tornou públicas as apurações da PF sobre conversas de Vorcaro e seus aliados com Alexandre de Moraes. As citações ao nome de Moraes foram captadas a partir da quebra de sigilo do celular do ex-banqueiro, alvo da Operação Compliance Zero, que investiga fraudes financeiras no Banco Master.

Em uma das mensagens recuperadas, Vorcaro diz ao contato atribuído a Moraes que "estava tentando antecipar os investigadores". A conversa teria ocorrido no dia 17 de novembro de 2025.

Ainda na noite de terça-feira, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, defendeu a nulidade da investigação da PF. Para Gonet, Mendonça investigou Moraes ilegalmente, sem autorização do plenário do STF, ao determinar o aprofundamento da investigação sobre o caso Master para esmiuçar as conversas envolvendo Moraes e o ex-banqueiro.

VETERINÁRIO GRASSI

Dias Toffoli libera propaganda digital do candidato a presidente

ANDRÉ RICHTER/A BRASIL

O ministro Dias Toffoli, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), liberou ontem a propaganda eleitoral do candidato à Presidência Wilson Grassi (Democrata) na internet.

Na última segunda-feira, o ministro determinou a suspensão da campanha digital após indicar que o candidato informou à Justiça Eleitoral oito perfis nas redes sociais 17 dias após o requerimento de registro de candidatura.

De acordo com a Lei das Eleições, partidos e candidatos devem informar os endereços eletrônicos que serão usados na campanha, incluindo blogs e redes sociais.

A partir da indicação, as plataformas que operam as redes sociais não podem usar algoritmos para recomendar os perfis aos usuários.

Ao rever sua própria decisão, Toffoli disse que a defesa do candidato prestou os esclarecimentos solicitados e admitiu que usa mecanismo de espelhamento entre contas do Facebook e no Instagram para aumentar o alcance as postagens.

"Qualquer dos perfis espelhados, que não tenha devidamente sido excluído dos sistemas de recomendação, permite que conteúdos eleitorais escapem dos filtros de cada plataforma", afirmou.

Com a nova decisão, o candidato também voltará a receber repasses do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e poderá participar de debates que forem realizados em televisão, rádio e podcasts.

PARALISAÇÃO

Professores de escolas particulares do Rio fazem greve de 24 horas

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

Professores de escolas particulares do Rio de Janeiro cruzaram os braços ontem em reivindicação por melhores condições de trabalho. A luta é por reajuste salarial e pela valorização dos profissionais.

A greve, de 24 horas, foi aprovada em assembleia conduzida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio), no último sábado, após rodadas de negociação sem acordo.

Ontem, mobilizados, os professores realizaram um ato no Largo do Machado, no bairro Catete, na zona sul da cidade. Participaram da paralisação, de acordo com o sindicato, mais de 1 mil profissionais.

Reivindicações

- pagamento da hora-atividade, trabalhada fora da sala de aula em atividades pedagógicas;
- gratificação pelo aprimoramento acadêmico;
- equiparação salarial entre profissionais da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio;
- reajuste salarial de ao menos 5,5%.

De acordo com o diretor jurídico do SinproRio, Fábio Conde, o salário está defasado. Além disso, principalmente após a pandemia, o trabalho fora da sala de aula aumentou, com trabalho virtual, uso de plataformas de ensino, adaptação de materiais, entre outras tarefas.

"A gente vem solicitando que o patronato aceite que a gente inclua uma cláusula para remuneração por essa hora-atividade fora de sala de aula, porque o professor tem trabalhado demais sem receber nada", diz.

"O professor está trabalhando na escala 7 por 0, porque ele trabalha todos os dias, ele tem fichas, tem trabalhos para corrigir, ele tem uma série de coisas para fazer todos os dias, mesmo fora de sala de aula e não tem intervalo", acrescenta. "A quantidade de professores que estão afastados por questões mentais é muito grande".

CHAPAS

TSE aprova registros de seis candidatos à Presidência

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou nesta quarta-feira o registro de seis chapas de candidatos à Presidência da República nas eleições de outubro.

Por unanimidade, foram aceitos os registros das seguintes chapas, que são formadas pelos candidatos e seus respectivos vices:

- Edmilson Costa e Cleusa Santos (PCB);
- Flávio Bolsonaro e Alfredo Gaspar (PL);
- Hertz Dias e Vanessa Portugal (PSTU);
- Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSB);
- Romeu Zema e Eduardo Girão (Novo);
- Samara Martins e Raquel Brício (UP).

A deliberação do TSE ocorreu durante sessão virtual, na qual os ministros registram os votos no sistema da Corte e não há votação presencial.

Por unanimidade, os sete ministros concluíram que os candidatos apresentaram os documentos necessários e estão aptos a disputar o pleito.

No total, o tribunal recebeu 13 pedidos de registros de candidaturas. Ainda serão julgados os registros de sete candidatos e seus respectivos vices:

- Augusto Cury e Júlio Delgado (Avante);
- Clariana Barão e Fabiana Torquato (DC);
- Pablo Marçal e Leonardo Avalanche (PRTB);
- Renan Santos e Coronel Medina (Missão);
- Ronaldo Caiado e Gilberto Kassab (PSD);
- Rui Costa Pimenta e Antônio Carlos (PCO);
- Wilson Grassi e Suêd Haidar (Democrata).

No caso de Pablo Marçal, o TSE já determinou que o candidato deve ficar proibido temporariamente de fazer campanha eleitoral, comparecer a debates e participar do horário eleitoral no rádio e na TV.

INVERNO: Sol com poucas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 27º 14º 5% 06:05 17:40

ANVISA

Fiocruz iniciará testes da primeira vacina RNAm contra Covid-19

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a iniciar os estudos clínicos da vacina de RNA mensageiro (RNAm) contra a Covid-19. A vacina é a primeira produzida com esta tecnologia no país.

O imunizante foi totalmente desenvolvido na plataforma RNAm da Fiocruz. O estudo de Fase 1 tem o objetivo de avaliar a segurança e a imunogenicidade do reforço vacinal com a vacina COVID19 (RNAm) da Biomanguinhos/Fiocruz em participantes adultos sadios.

A vacina do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos passou pelo estágio pré-clínico, que mostrou eficácia na proteção contra a doença. Também foram realizados estudos toxicológicos e de escalonamento.

PARTICIPANTES

O recrutamento dos participantes para a Fase 1 do estudo clínico está previsto para começar no primeiro trimestre de 2027.

Serão incluídos no estudo 90 participantes saudáveis entre 18 e 59 anos. As pessoas serão recrutadas nos centros Unidade de Ensaios Clínicos para Imunobiológicos e Policlínica Lincoln de Freitas Filho, no Rio de Janeiro (RJ).

O período de inclusão desse grupo no estudo deverá ser de seis meses. Após a inclusão, cada participante será acompanhado por mais seis meses.

Na primeira fase, são testadas a segurança e a imunogenicidade do reforço da vacina. O estudo clínico vai avaliar o uso do imunizante como dose de reforço, como consta atualmente no calendário do Programa Nacional de Imunizações (PNI).

NOEL NUTLS

Anvisa interdita água mineral Vitoriosa por conter coliformes

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou, ontem, a interdição cautelar da água mineral sem gás da marca Vitoriosa.

Laudo emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels (CRF/RJ) detectou resultado insatisfatório no ensaio microbiológico, com detecção de coliformes totais em 250ml do produto.

O produto não deve ser consumido ou comercializado até que seja comprovada a sua segurança.

O produto é fabricado pela GEPF Agroindústria Ltda, localizada em Engenheiro Paulo de Frontin (RJ), com o número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ): 08.144.303/0001-90.

A Resolução 3.441/2026 que determina a interdição cautelar foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira.

PROTEÇÃO DA SAÚDE

A agência reguladora esclarece que a medida preventiva e temporária tem o objetivo de proteger a saúde da população e permanecerá vigente enquanto são realizados novos testes, provas, análises ou outras providências requeridas para a investigação e a conclusão do caso.

REAL TIME BIG DATA

Paes tem 35% das intenções, Ruas tem 21% e Garotinho, 7%

GABRIEL GONÇALVES/AE

Pesquisa Real Time Big Data divulgada ontem, mostra Eduardo Paes (PSD) na liderança com 35% das intenções de voto na disputa pelo governo do Rio de Janeiro. Douglas Ruas (PL) aparece com 21%, e Anthony Garotinho (Republicanos), com 7%

No cenário estimulado, William Siri (PSOL) tem 5%, Coronel Busnello (Missão), 4%, e André Marinho (Novo), 3%. Cyro Garcia (PSTU) e Juliete (UP) registram 1% cada, enquanto Luan Monteiro (PCO) não pontua. Brancos e nulos somam 11%, e 12% não sabem ou não responderam.

Em uma segunda simulação, sem Garotinho, Paes marca 36% e Ruas, 23%. Siri e Busnello têm 5% cada, Marinho registra 4%, e Cyro e Juliete aparecem com 1% cada. Brancos e nulos são 13%, e 12% não sabem ou não responderam.

O levantamento também testou dois cenários de segundo turno. Em uma disputa entre Paes e Ruas, os porcentuais são de 41% e 30%, respectivamente; 13% votariam em branco ou nulo e 16% não sabem ou não responderam. No cenário com Paes e Garotinho, os índices são de 45% e 25%, com 13% de brancos e nulos e 17% de indecisos

Na pergunta espontânea, quando os nomes dos candidatos não são apresentados aos entrevistados, Paes tem 20%, Ruas, 10%, e Garotinho, 3%. Outros nomes somam 6%, enquanto 14% dizem votar em branco ou nulo e 47% não sabem ou não responderam.

PRESIDÊNCIA

Uma segunda pesquisa também mediu a intenção de voto para presidente entre os eleitores do Rio de Janeiro. No cenário estimulado, Flávio Bolsonaro (PL) registra 36%, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 34%, e Augusto Cury (Avante), 13%. Renan Santos (Missão) tem 5%, Pablo Marçal (PRTB), 3%, Ronaldo Caiado (PSD), 2%, e Romeu Zema (Novo), 1%. Outros candidatos somam 1%, brancos e nulos são 3% e 2% não sabem ou não responderam.

Em uma eventual disputa de segundo turno entre Flávio e Lula, os porcentuais são de 45% e 41%, respectivamente. Brancos e nulos somam 7%, e outros 7% não sabem ou não responderam. Na pesquisa espontânea para presidente, Lula registra 29%, Flávio, 25%, e Cury, 5%. Renan tem 2%, enquanto Caiado e Marçal aparecem com 1% cada. Brancos e nulos somam 8%, e 27% não sabem ou não responderam.

NEPAL

Cineasta utiliza drones para encontrar sobreviventes

Manish Maharjan, cineasta e piloto de drone, ajudou equipes de resgate no Nepal a encontrar pessoas desaparecidas após as enchentes da semana passada. Em certos momentos, usando alto-falantes acoplados aos dispositivos para chamar ou tocar música para aqueles que estavam ilhados nas encostas.

"Usamos microfones com alto-falantes para chamá-los. Em alguns lugares, até tocamos músicas e esperamos por uma resposta", disse. "Isso funcionou em alguns e nos ajudou a localizar as pessoas."

Maharjan, que tem operado drones térmicos nos túneis, disse que as buscas foram desafiadoras devido ao difícil acesso e à ausência de espaço vazio. "Só consigo pilotar drones em túneis longos e retos", disse ele. "Quando há curvas, voltas ou ziguezagues, fica muito mais difícil operar e realizar buscas com eficiência."

Na segunda-feira passsada, no projeto hidrelétrico de Rasuwagadhi, Maharjan conseguiu enviar um drone para vasculhar o interior do túnel, chegando até o final, mas não encontrou nenhum sinal de vida.

"Descobrimos que os túneis estavam cheios de lama, como pasta de dente em um tubo", comparou Maharjan. "Não havia nenhum espaço oco ou vazio dentro deles."

Maharjan se juntou ao trabalho do Exército do Nepal um dia após as enchentes repentinas de 26 de agosto, que mataram mais de 1 000 pessoas e deixaram milhares desaparecidas no Nepal e no Tibete.

A torrente de água desencadeada pelo colapso de uma geleira causou danos generalizados a infraestruturas críticas, incluindo estradas, edifícios, pontes e centrais hidroelétricas - o mais recente sinal dos crescentes riscos nos Himalaias, que estão a aquecer rapidamente .

Pelo menos 900 trabalhadores continuam desaparecidos em 12 projetos hidroelétricos soterrados por lama e detritos. Acredita-se que cerca de 500 deles estejam presos nos túneis das centrais.

De acordo com Mohan Kumar Dangi, presidente da Associação de Produtores Independentes de Energia, alguns trabalhadores conseguiram pedir ajuda quando o desastre aconteceu. No entanto, não ficou claro se as equipes de resgate tiveram algum contato com os trabalhadores presos desde os primeiros pedidos de socorro.

Com o passar do tempo, as equipes de resgate estão encontrando cada vez mais dificuldades para localizar essas pessoas desaparecidas.

FANFARRÃO

Ormuz: o que Trump já quis rebatizar e o que ele conseguiu

ADRIANA VICTORINO/AE

A sugestão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ontem, para que o nome do Estreito de Ormuz seja alterado para "Estreito Trump", é mais uma de uma lista de determinações ou insinuações do republicano para rebatizar lugares ou instituições - em referência a ele mesmo ou ao seu país.

"Agora que está sob controle dos EUA, deveríamos mudar o nome do Estreito de Ormuz para ESTREITO TRUMP??? Assim como os próprios EUA, ficaria mais 'quente' do que nunca", escreveu Trump na sua rede, a Truth Social.

Antes mesmo do fim da metade de seu segundo mandato, o republicano e seus aliados já sugeriram alterar o nome do Golfo do México para Golfo da América, o nome do Monte Denali de volta para Monte McKinley, cunhar uma moeda de US$ 1 com a imagem do presidente Trump, adicionar ilegalmente o nome de Trump ao Kennedy Center e alterar o nome do Lago Ontário para "Lago América".

LAGO ONTÁRIO

No fim de agosto, Trump assinou uma ordem executiva para renomear "imediatamente" o Lago Ontário, localizado na fronteira entre os Estados Unidos e o Canadá, para "Lago América", em meio a uma disputa diplomática e comercial com o país vizinho.

A escolha de Trump exige uma explicação linguística. O nome oficial do país é Estados Unidos da América, como o do Brasil é República Federativa do Brasil. Mas o país é conhecido majoritariamente por seus habitantes como América. Ou seja, ao renomear o Lago, Trump faz referência aos EUA.

Agora, tanto a plataforma de mapas da Apple como a do Google mostram o Lago Ontário como "Lago América" para os usuários norte-americanos.

KENNEDY CENTER

O governo Trump também sugeriu na semana passada que o Kennedy Center, em Washington, poderia ser demolido caso os tribunais bloqueassem os planos de reforma do centro de artes cênicas.

A advertência apareceu em uma petição do Departamento de Justiça, que se opõe aos esforços dos democratas para interromper uma reforma de dois anos e impedir que o nome de Trump seja acrescentado à fachada do edifício.

O conselho do Kennedy Center, cujos membros foram nomeados pessoalmente por Trump, votou recentemente pela colocação das palavras "Restaurado e Renovado pelo Presidente Donald J. Trump" abaixo do nome da instituição e pela mudança do nome da área ao redor para "Praça Presidente Donald J. Trump".

Um juiz federal já havia determinado que o conselho não poderia fazer essa alteração e ordenou a retirada do nome de Trump da fachada, decisão da qual o governo recorreu. O caso ainda segue em disputa.

MOEDA DE US$ 1

Em outubro do ano passado, autoridades do governo americano sugeriram cunhar uma moeda de US$ 1 com a imagem de Trump para marcar o 250º aniversário da fundação dos EUA em 2026, um plano que poderia violar a lei.

Na terça-feira passada, a Casa da Moeda dos Estados Unidos começou a vender a nova moeda com o rosto do republicano. É a primeira moera em circulação no país que retrata um presidente que está vivo.

Um pacote com 25 unidades da moeda custa US$ 61, equivalente a R$ 311. Outra opção com 100 moedas está sendo vendida por US$ 154,50, próximo de R$ 789.

MONTE DENALI

Logo após a posse para seu segundo mandato em janeiro de 2025, Trump assinou um decreto para restabelecer o nome do pico mais alto da América do Norte, Denali, no Alasca, como Monte McKinley

O ex-presidente Barack Obama havia alterado o nome oficial para Denali em 2015, a fim de refletir as tradições dos povos indígenas do Alasca, bem como a preferência de muitos moradores do estado. Trump afirmou em seu decreto que desejava "restabelecer o nome de um grande presidente, William McKinley, ao Monte McKinley".

GOLFO DO MÉXICO

No início do ano passado, o republicano também assinou uma proclamação que altera o nome do Golfo do México para "Golfo da América". A medida determinou mudança na nomenclatura em todos os mapas do governo, mas outros países não são obrigados a seguir a determinação.

Após a medida, o Google anunciou a mudança do nome o Google Maps para usuários nos Estados Unidos. "Temos uma prática de longa data de aplicar mudanças de nomes quando elas são atualizadas em fontes oficiais do governo", afirmou a big tech em uma de suas contas oficiais no X.

CÚPULA

Trump confirma intenção de encontrar Putin e diz ter muito a conversar com Xi

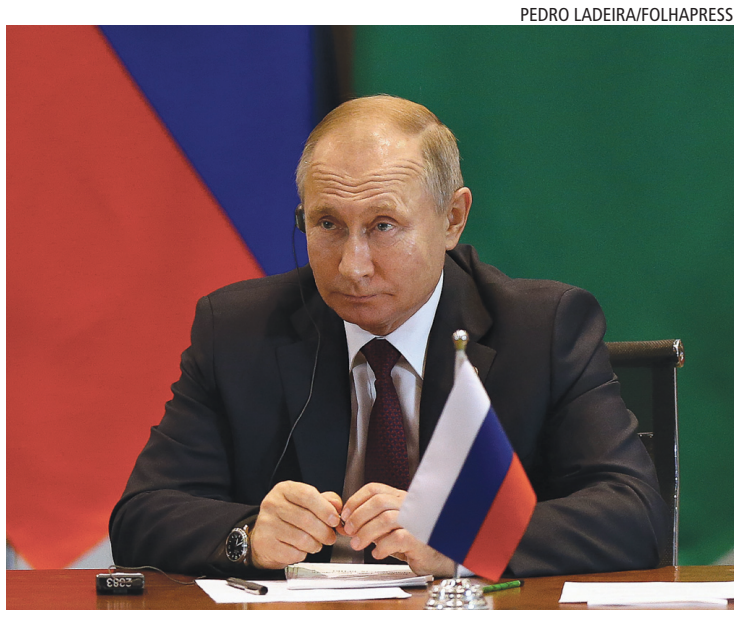
LAÍS ADRIANA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, confirmou ontem, a intenção de realizar uma cúpula com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, e afirmou que pretende avançar no diálogo com o presidente da China, Xi Jinping, em encontro previsto para 24 de setembro. Segundo Trump, há "muita coisa para discutir" com o líder chinês, em conversas que, disse, devem ser "produtivas".

Na terça-feira, o assessor presidencial russo Yuri Ushakov disse que Putin e Trump podem se encontrar durante a cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec, em inglês) na China, prevista para novembro, de acordo com reportagem da Vesti Xi Jinping também deve participar do evento.

Ao comentar a guerra na Ucrânia, Trump voltou a sustentar que o conflito "nunca deveria ter acontecido" e repetiu que, sob sua condução, ele não teria começado. O republicano afirmou ainda que mantém "boa relação" tanto com a Ucrânia quanto com a Rússia - e, de maneira mais ampla, "com todos".

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS



Para Trump, no entanto, o encerramento das hostilidades segue travado pela grande animosidade entre o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, e Putin. Essa tensão, afirmou, torna mais difícil "parar a guerra", apesar de ele dizer acreditar que o momento de interromper os combates "vai chegar".

Questionado sobre a possibilidade de um encontro direto com o líder russo no curto prazo, Trump disse que Putin aceitaria uma cúpula. Ele ponderou, porém, que prefere realizar o encontro "quando estivermos prontos" para um acordo de paz entre Rússia e Ucrânia, indicando que não vê valor em uma reunião sem perspectiva concreta de avanço nas negociações.

No mesmo evento, o republicano também comentou as chamadas Trump Accounts - contas de poupança e investimento com vantagens fiscais voltadas a menores de 18 anos - e afirmou que, "na melhor das hipóteses", crianças beneficiadas pelo programa "serão ricas", ao defender que a iniciativa pode ampliar oportunidades para famílias com menos recursos.